

<p align="center"><b><u>PREFERÊNCIA LOCAL</u></b></p> <p align="center"><b>PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 333/2025</b></p> <p align="center"><b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2025</b></p> <p align="center"><b>TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL</b></p>	
<p><b>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DIÁRIO PÚBLICO COLETIVO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO URBANO E MIDI ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO , FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA (SBE), COM BIOMETRIA FACIAL, SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE FROTA (CCO-GPS), SISTEMA DE INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS (SIU), GARAGEM E SEGURO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS PARA O MUNICÍPIO DE FORMIGA – MG.</b></p>	
<p><b>ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</b> a partir das 08horas e 31min do dia 15/01/2026</p>	
<p><b>SITE PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO:</b> <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a></p>	<p><b>ESCLARECIMENTOS/PEDIDOS:</b> <a href="mailto:pregoeirosformiga@gmail.com">pregoeirosformiga@gmail.com</a></p>
<p><b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b> para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.</p>	<p><b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS</b> <b>Endereço: R: Barão de Piumhi, 92 A, Centro. Formiga/MG – CEP: 35570-128.</b> <b>Setor de Licitações</b> <b>Aos cuidados do (a) Pregoeiro (a)</b> <b>Telefone: (37) 3329-1844 –</b> <b>E-mail:</b> <a href="mailto:pregoeirosformiga@gmail.com">pregoeirosformiga@gmail.com</a></p>
<p><b>CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:</b> Nos sites <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> e <a href="http://www.formiga.mg.gov.br">www.formiga.mg.gov.br</a></p>	
<p><b>O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$50,00(cinquenta reais).</b></p>	
<p align="center"><b>MODO DE DISPUTA: ABERTO</b></p>	
<p>A licitante deverá estar regularmente cadastrada junto ao LICITANET – Licitações Online no sítio: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>.</p> <p>O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site detentor da plataforma eletrônica (<a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>).</p>	

**PREFERÊNCIA LOCAL**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 323/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025**

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Pelo presente processo, o Município de Formiga torna pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Municipal Nº 9.841, de 24 de janeiro de 2023 e demais legislações aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, Lei Complementar nº 123/06 com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O Pregão será conduzido por um dos Pregoeiros nomeados pelas PORTARIA Nº 5.496, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024, PORTARIA Nº 5.497, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024, PORTARIA Nº 5.498, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024, PORTARIA Nº 5.499, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024, PORTARIA Nº 5.500, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024, PORTARIA Nº 5.692, DE 2 DE JULHO DE 2024, a qual será anexada no processo, auxiliado pela a Equipe de Apoio, conforme designação da PORTARIA Nº 5.964, DE 19 DE MARÇO DE 2025. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de avisos localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 1º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br), pelo endereço [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), do e-mail: [pregoeirospmformiga@gmail.com](mailto:pregoeirospmformiga@gmail.com) ou de requerimento dirigido ao(s) Agente(s) de Contratação na diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 08:00 às 16:00 horas.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 15/01/2026**

**HORÁRIO: 08horas e 31min**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**

**1. DO OBJETO**

**1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DIÁRIO PÚBLICO COLETIVO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO URBANO E MIDI ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA (SBE), COM BIOMETRIA FACIAL, SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE FROTA (CCO-GPS), SISTEMA DE INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS (SIU), GARAGEM E SEGURO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS PARA O MUNICÍPIO DE FORMIGA – MG.**

**PLANILHA DE PREÇOS**

PLANILHA DE PREÇOS							
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa para a prestação de serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Período (Meses)	Unitário Mês	Total Mês	Total Anual
1	Ônibus para transporte coletivo urbano – serviço completo, incluindo fornecimento de veículos, motoristas qualificados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, e demais custos operacionais contidos no Termo de Referência, incluindo seus anexos, necessários para a prestação contínua do serviço público municipal.	UNID.	12	12	R\$ 56.696,57	R\$ 680.358,89	R\$ 8.164.306,68

•O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.164.306,68**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**1.1.1. ESPECIFICAÇÃO DAS LINHAS**

**1.1.1.1.** A tabela abaixo apresenta todas as linhas e sublinhas com as respectivas extensões dos itinerários para atender o município da cidade de Formiga – MG, descritos detalhadamente no **ANEXO I (DO TERMO DE REFERÊNCIA)**:

Itinerário das linhas de ônibus					
	Rota	Início	Final	Tempo	Km
				Gasto	percorrido
Linha 001	Maringa - Centro (R)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	60min	16,36
	Maringa - Centro (B)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	65min	17,42
	Maringa - Centro (P.B)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	70min	21,16
	Maringa - Centro (A)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	60min	17,17
Linha 002	Souza e Silva - Engenho de Serra (R)	Rua João Paulo Faria, nº249	Praça Franc. Balbino de Almeida (CDL)	80min	18,82
	Souza e Silva - Engenho de Serra (A)	Rua João Paulo Faria, nº249	Praça Franc. Balbino de Almeida (CDL)	85min	23,71
Linha 003	Cidade Nova – Unifor	Rua Deolinda Alves, nº30	Rua Dr. Arnaldo Sena (Unifor)	80min	18,18

Linha 004	Rosa Mística - Bom Pastor (Circular)	Rua Geraldo Roberto de Oliveira, nº284	Rua dos Motoristas, nº 168	95min	22,25
Linha 005	Santa Luzia - Planalto (R.C)	Rua Helena Ribeiro, nº12	Rua A, nº101	100min	18,97
	Santa Luzia - Planalto (R.C.S)	Rua Helena Ribeiro, nº12	Rua A, nº101	100min	19,44
	Santa Luzia - Planalto (R.A)	Rua Helena Ribeiro, nº12	Rua A, nº101	100min	22,17
	Santa Luzia - Planalto (R.A.S)	Rua Helena Ribeiro, nº12	Rua A, nº101	100min	22,64
Linha 006	Vila Nova das Formigas – Centro	Rua Seis	Terminal Rodoviário	60min	15,27

Abaixo percurso por linha e dias da semana:

Percurso por Linha									
		Vg DU	Vg sab	Vg dom	PQ DU (km)	PQ sab (km)	PQ dom (km)	PMM (km)	Qtde ônibus
Linha 001	Maringa - Centro (R)	21	7	0	343,56	114,52	0	8016,4	2
	Maringa - Centro (B)	2	0	0	34,84	0	0	766,48	
	Maringa - Centro (P.B)	3	0	0	63,48	0	0	1396,56	
	Maringa - Centro (A)	0	8	14	0	137,36	240,38	1510,96	
Linha 002	Souza e Silva - Engenho de Serra (R)	9	6	0	169,38	112,92	0	4178,04	1
	Souza e Silva - Engenho de Serra (A)	1	0	0	23,71	0	0	521,62	
Linha 003	Cidade Nova - Unifor	22	12	12	399,96	218,16	218,16	10544,4	2
Linha 004	Rosa Mística - Bom Pastor (Circular)	9	5	0	200,25	111,25	0	4850,5	1
Linha 005	Santa Luzia - Planalto (R.C)	1	0	0	18,97	0	0	417,34	2
	Santa Luzia - Planalto (R.C.S)	4	0	0	77,76	0	0	1710,72	
	Santa Luzia - Planalto (R.A)	7	5	0	155,19	110,85	0	3857,58	
	Santa Luzia - Planalto (R.A.S)	3	0	0	67,92	0	0	1494,24	
Linha 006	Vila Nova das Formigas - Centro	30	16	16	458,1	244,32	244,32	12032,76	2
<b>TOTAL de km percorrido pormês</b>								<b>51297,6</b>	<b>10</b>

**Legenda:**

R = Linha Regular;

B = Sublinha comunidade Batatas;

P.B =Sublinha Politruck e comunidade Batatas;

A = Sublinha;

R.C = Linha Regular Centenário;

R.C.S = Linha Regular Centenário Santana;

R.A = Linha Regular Assadef;

R.A.S = Linha Regular Assadef Santana;

Vg Du = Viagem dia útil;

Vg sab = Viagem sábado;

Vg dom = Viagem Domingo

PQ DU = Percurso por quilometro dia útil;

PQ sab = Percurso por quilometro sábado;

PQ dom = Percurso por quilometro domingo;

PMM = Percurso médio mensal.

### **1.1.2. DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**1.1.1.1.** Com o objetivo de realizar a promoção do desenvolvimento econômico e social local, em conformidade com o disposto nos art. 47 e art. 48, inciso II e § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014), este Edital e no Termo de Referência estabelece que, sempre que possível, será dada preferência a microempresas e empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no município, especialmente se o objeto da licitação envolver produtos ou serviços de natureza local desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos e legais exigidos no presente processo licitatório.

*“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021).*

*Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)”*

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021).*

*II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;*

*§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. “*

**1.1.1.2.** Será promovida preferência na contratação de fornecedores locais, considerando-se o incentivo ao desenvolvimento dos micros, pequenos e médios agentes econômicos. Trata-se de uma intervenção do Município no domínio econômico que tem como objetivo estimular e aumentar a produção, defender os interesses do povo possibilitando a justiça e solidariedade social.

**1.1.1.3.** Esta preferência referente às microempresas, empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no Município de Formiga/MG, visa fomentar o desenvolvimento econômico local, garantindo maior participação das empresas locais e promovendo a geração de emprego e renda no município.

**1.1.1.4.** A preferência será exercida por meio de critérios técnicos ou redução de preço, priorizando a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no Município de Formiga/MG, considerando ofertas apresentadas que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido, nos termos do artigo 13, inciso I, do Decreto Municipal de Formiga/MG nº 10.805/25 e nos moldes dos artigos 47 e 48, §3º da Lei Complementar 123/2006.

**1.1.1.5.** Tal medida visa estimular a economia local, fortalecer o empreendedorismo e reduzir custos logísticos e operacionais, sem prejuízo à competitividade, à isonomia entre os participantes e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**\*PREÇO MÁXIMO:** Os preços máximos, unitários e totais, para este certame, são os descritos na tabela acima. Serão desclassificadas as propostas que, após a etapa de lances e da tentativa de negociação prevista no § 1º do art. 61 da Lei Federal n.º 14.133/21, possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos aqui definidos.

**\*“Todas as Pesquisas de Preços, Cotações, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos, gastos estimados nos últimos anos, são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade do Coordenador de Pregão, Agente de contratação ou à Comissão de Licitação”.**

## **1.2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**1.2.1.** A Constituição Federal estabelece que o transporte público coletivo urbano é um serviço essencial, devendo ser prestado de forma contínua e eficiente.

**1.2.2.** A falta de transporte público adequado compromete não apenas a rotina dos cidadãos, mas também o comércio local, a frequência escolar e o acesso aos serviços de saúde. Para resolver este problema a presente licitação baseia-se em amplo estudo desenvolvido a partir de pesquisas e modelos de planejamento de transportes, possibilitando propor uma rede racional que irá garantir aos usuários maior conforto, regularidade e confiabilidade.

**1.2.3.** A finalidade de contratação pretendida pelo Poder Público para o transporte diário público coletivo urbano da cidade de Formiga são:

**a)** Oferecer à população um sistema de transporte diário público coletivo urbano municipal integrado, racional, eficaz e capaz de produzir efeito indutor sobre a estrutura da cidade, coerente com o seu processo de consolidação, renovação e controle da expansão urbana;

**b)** Oferecer à população um serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaça as condições de:

**• Regularidade:**

**•** O serviço deve estar de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos para sua prestação;



• **Continuidade:**

• O serviço não pode ser paralisado, mesmo em situações adversas, a fim de garantir mais estabilidade na prestação do serviço e maior segurança para o operador;

• **Eficiência:**

• O serviço deve ser executado com presteza, perfeição e rendimento, buscando o melhor resultado com o menor custo possível;

• **Segurança:**

• O serviço deve cumprir as normas e legislações vigentes garantindo a condução e manutenção dos veículos, instalações e equipamentos adequados;

• **Atualidade:**

• O serviço deve ser permanentemente atualizado, adotando a modernização das técnicas, equipamentos, instalações e sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;

• **Generalidade:**

• O serviço deve ser prestado de forma igualitária, sem discriminação entre os usuários;

• **Cortesia:**

• Bom tratamento ao público na sua prestação;

### **1.3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**1.3.1.** A solução proposta consiste na contratação de uma empresa para operar o transporte diário público coletivo urbano em Formiga - MG, garantindo continuidade e qualidade do serviço para a população.

**1.3.2.** A empresa contratada deverá disponibilizar uma frota adequada às necessidades do município, composta por ônibus em boas condições de funcionamento, com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, climatização e com funcionalidades tecnológicas de gestão, fiscalização, bilhetagem eletrônica, biometria facial e sistema de informações aos usuários. Além disso, os motoristas devem ser devidamente treinados e qualificados, assegurando um serviço seguro e eficiente.

**1.3.3.** Os itinerários serão mantidos conforme a configuração atual do transporte municipal, permitindo que a população continue acessando os principais pontos da cidade sem alterações bruscas na logística de deslocamento. Para garantir a eficácia e cumprimento do contrato, a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito será responsável pela fiscalização da operação, monitorando a pontualidade, qualidade do atendimento e condições dos veículos. **Medidas de controle como a avaliação da qualidade do serviço, serão implementadas para assegurar que o serviço atenda plenamente às exigências contidas no ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

**1.3.4.** A contratação contribuirá diretamente para a redução dos impactos sociais e econômicos, uma vez que, a falta de um serviço eficiente afeta a mobilidade da população, comprometendo o acesso ao trabalho, educação, saúde e comércio.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso

indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### **2.5. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:**

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.3.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.4.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.5.** pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.6.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.8.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.5.9.** O impedimento de que trata o item 2.5.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

### **3. DAS ME/EPP E DA AMPLA CONCORRÊNCIA**

**3.1.** O objeto desta contratação corresponde a um único item, consistente na prestação de serviço completo de transporte público coletivo urbano, incluindo fornecimento de veículos, motoristas qualificados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, sistemas tecnológicos e demais custos operacionais necessários à prestação contínua do serviço, conforme o Termo de Referência e seus anexos.

**3.2.** Foi analisada a possibilidade de fracionar o objeto em mais de um item (por linha, por veículo ou por período), porém verificou-se que tal fragmentação não é técnica nem economicamente viável, pois poderia gerar aumento de custos administrativos, dificuldades de coordenação da operação, riscos à continuidade do serviço e maior complexidade na fiscalização contratual. Por essa razão, o objeto foi mantido como item único e indivisível.



**3.3.** No que se refere ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, registra-se que o valor global estimado desse item único supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto na legislação como parâmetro para contratações exclusivas para ME/EPP. Assim, não se aplica, no caso concreto, a regra de exclusividade até R\$ 80.000,00, nem é possível reservar parcela do objeto, justamente por se tratar de serviço indivisível e operado de forma integrada.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** A partir do horário previsto no Edital e na Plataforma Eletrônica, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o (a) agente de contratação a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**4.2.** Classificadas as propostas, o agente de contratação dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**4.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

**4.4.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à Plataforma Eletrônica para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**4.5.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**4.6.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**4.7.** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. A plataforma não identificará o autor dos lances aos demais participantes e nem ao (a) agente de contratação e Equipe de Apoio.

**4.8.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o (a) agente de contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**4.9.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**4.10.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa: aberto – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

**4.11.** No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**4.12.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**4.13.** Na hipótese de não haver novos lances na forma acima, a etapa de lances será encerrada automaticamente.

**4.14.** Encerrados os lances sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**4.15.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

**4.16.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**4.17.** Encerrada a etapa de negociação, o (a) agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

**4.17.1.** A negociação também poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração., de acordo com o artigo 61, parágrafo 2º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril De 2021

**4.18.** A plataforma informará a proposta de menor valor do item imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance. O pregoeiro irá abrir o prazo de 30 (trinta) minutos para manifestação de intenção de interposição de recurso.;

**4.19.** Após o encerramento do julgamento das propostas e o prazo de manifestação de intenção de recurso, o Pregoeiro abrirá o prazo de 2 (duas) horas para a apresentação dos documentos de habilitação conforme item **08 deste Edital**.

**4.20.** Os documentos de habilitação referidos no item anterior somente serão exigidos para o licitante mais bem colocado, de acordo com inciso II do art. 63 da Lei 14.133/21;

**4.21.** Após a conferência e consulta “ON-LINE” do HABILITANET, e se os documentos comprobatórios de habilitação estiverem de acordo com o solicitado, será declarado o (s) licitante (s) vencedor (es) do (s) item (ens) e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso. Sendo que nesse momento ficará franqueada a todos os licitantes a consulta dos documentos cadastrados no HABILITANET do (s) licitante (s) vencedor (es)do(s) item(ns).

**4.22.** Se a proposta ou o lance do item de menor oferta não for aceitável, por inexecutabilidade, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nessa etapa o (a) agente de contratação poderá negociar com o participante para que seja obtido valor melhor.

**4.23.** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

**4.24.** Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado aos (s) autor (es) da (s) proposta (s) ou lance de menor valor do item.

**4.25.** O (a) agente de contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto nas legislações vigentes.

**4.26.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o item 4.25, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

**4.27. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

a) O enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, cujas definições do que sejam micro e empresa de pequeno porte encontram-se expressas no art. 3º.

b) As MPEs vencedoras do certame que possuírem alguma restrição com relação a comprovação de regularidade fiscal terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias, contados a partir dessa declaração, para regularização dessa situação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A não regularização da documentação da MPE vencedora no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

d) No caso da não regularização da documentação serão convocados pelo Município os licitantes remanescentes na ordem de classificação para assinatura do contrato.

e) Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas finais apresentadas pelas MPEs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

f) Ocorrendo o empate proceder-se-á conforme previsto nos incisos do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06.

g) A MPE mais bem classificada dentro desse limite de até 5% (cinco por cento) será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob penas de preclusão.

h) O disposto nas alíneas “e” e “g” somente se aplicarão quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NA PLATAFORMA**

**5.1.** O encaminhamento de proposta (s) para a Plataforma de Pregão Eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome na Plataforma Eletrônica, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**5.2.** Poderão ser inabilitadas as propostas inseridas na Plataforma de Pregão Eletrônico que deixarem de conter:

a) as especificações dos itens com marca e fabricante (quando possível), em conformidade com as especificações constantes neste edital e termo de referência;

b) proposta de preços com mais de duas casas decimais, haja vista que deverão ser

apresentadas com no máximo duas casas decimais.

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que atendem a todas as exigências de habilitação (art. 67, IV da Lei 14.133/2021);
- Que não foram declaradas inidôneas para licitar com o Poder Público, em qualquer das suas esferas e que não sofreu condenação por improbidade administrativa, nos termos da Leinº 8.429/92, nos últimos anos;
- Que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.
- Declaração de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência.

**5.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.4 e 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**5.7.** Durante o preenchimento da proposta na plataforma, a **MARCA** do produto a ser ofertado deve ser informada sempre que possível; caso contrário, haverá **DESCCLASSIFICAÇÃO**.

**5.8.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.9.** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.10.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer

alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura da sessão pública do pregão.

**5.13.** A empresa deverá apresentar suas propostas econômicas com todos os encargos e custos já inclusos, tais como tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, bem como todos os valores necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho, termos de ajustamento de conduta e demais despesas indispensáveis à execução do objeto.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO**

**6.1.** No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

**6.2.** Para efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão marcar em campo próprio do sistema a sua condição.

**6.3.** A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06 caracterizará infração administrativa, sem afastar as demais infrações penais cabíveis.

**6.4.** A análise das propostas pelo (a) Agente de contratação visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixadas no Edital;

**6.5.** Atendidos todos os requisitos será (ão) considerada (s) vencedora (s) a (s) licitante (s) que oferecer (em) o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**6.6.** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou a legislação em vigor.

**6.7.** Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o (a) Agente de Contratação (a) examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o proponente, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, observará o **item**

**4.19** e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável em razão de atender aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

**6.8.** No caso de eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades o (a) Agente de Contratação poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**6.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.10.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante



melhor classificado após o encerramento da fase habilitação, no prazo de até 02 (duas) horas contadas da solicitação do Agente de Contratação no sistema.

**6.11.** A verificação será certificada pelo (a) agente de contratação e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**6.12.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

**6.13.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**6.14.** As empresas vencedoras dos itens, se houver modificação do valor destes em razão da fase de lances, deverá enviar nova proposta por escrito contendo os preços unitários e totais dos itens por ela vencidos, após a solicitação do (a) Agente de Contratação

#### **6.15. Do Desempate**

**6.15.1.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.15.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

### **7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**7.1.** O critério de julgamento da presente licitação é o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Após o encerramento do julgamento das propostas e o prazo de manifestação de intenção de recurso das propostas, o Pregoeiro abrirá o prazo de 2 (duas) horas para a apresentação dos documentos de habilitação.

**8.2.** O Fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, em virtude dos bens serem classificados como comuns e usuais, podendo ainda, as quantidades serem previamente definidas, conforme Lei Federal nº 14.133.

**8.3.** O Julgamento das propostas obedecerá ao critério de julgamento pelo **menor preço por global**.



**8.4.** Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva:

**8.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Cédula de identidade do responsável legal da empresa.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**8.4.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;
- c) Certidão de Regularidade Estadual;
- d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

**8.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

**8.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- A operação de transporte coletivo de passageiros por ônibus requer uma experiência mínima da empresa operadora, de modo a garantir a boa prestação do serviço desde o início de sua operação.

**8.4.4.1.** A empresa contratada deverá apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica operacional de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido (s) por pessoa (as) jurídicas de direito público e privado que especifique (m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados com indicações das entidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços.

**8.4.4.2.** Entende-se por mesma natureza e porte, atestado ou atestados de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre (m) que o licitante prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação. A comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, no mesmo período de execução.

**8.4.4.3.** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a

proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

**8.4.4.4.**No caso de serviço público, o atestado deverá ser fornecido pelo Poder Público a quem a Licitante preste ou tenha prestado serviços.

**8.4.4.5.**O atestado deverá ser firmado por pessoa que efetivamente responda civilmente pela empresa declarante, como seu diretor, sócio-gerente ou, no caso de Poder Público, pelo responsável legal pelos serviços, devendo o signatário estar claramente identificado (nome e função).

**8.4.4.6.**Só serão aceitos atestados que sejam redigidos de forma clara e de fácil interpretação, para que sirvam de comprovação de capacidade técnica da Licitante, que faça referência expressa às características do serviço executado direta e unicamente por esta.

#### • **JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

• A qualificação técnica exigida na contratação do serviço de transporte coletivo diário público urbano no município de Formiga- MG tem como objetivo garantir que a empresa contratada possua a capacidade operacional e experiência necessária para a prestação do serviço de maneira segura, eficiente e contínua. Diante da essencialidade do transporte público e da necessidade de evitar interrupções no serviço, a exigência de qualificação técnica busca assegurar a seleção de um fornecedor que demonstre competência e confiabilidade na execução do contrato.

• A apresentação de atestados de capacidade técnica é fundamental para comprovar que a empresa já operou em condições similares às exigidas neste contrato, isso demonstra que a contratada tem experiência comprovada na execução de serviços de transporte coletivo diário público coletivo urbano e está apta a fornecer um serviço de qualidade e dentro das exigências estabelecidas pela administração pública.

#### **8.4.5. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS:**

a) O licitante, sob pena de inabilitação, deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social – **PODENDO SER RETIRADO PELO SITE DO GOV.BR.** (link: <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>)

b) O licitante, sob pena de inabilitação, deverá apresentar a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes – **PODENDO SER RETIRADO PELO SITE DO GOV.BR.** (link:<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>)

**\*OS LINKS ACIMA ESTÃO SUJEITOS A MUDANÇA.**

**OBSERVAÇÃO: Em caso de instabilidade no sistema gov.br, impossibilitando a emissão da Certidão de Regularidade, o licitante deverá apresentar as declarações assinadas pelo responsável legal da empresa, conforme os requisitos estabelecidos no item 8.4.5 do edital.**

c) O licitante deverá assinalar em campo próprio do sistema a situação em que se enquadra a empresa no que se refere ao cumprimento do art. 7º, XXXIII da CRFB/88;

d) Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

e) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

f) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz ou aqueles que abrangem matriz e filiais;

g) Todos os documentos que não possuem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

h) Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

**8.5. Após o encerramento do julgamento das propostas e o prazo de manifestação de intenção de recurso das propostas, o Pregoeiro abrirá o prazo de 2 (duas) horas, para o licitante mais bem colocado, apresentar os documentos de habilitação, de acordo com inciso II do art. 63 da Lei 14.133/21;**

**8.6.** O licitante deverá enviar os documentos relativos à Habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico no sítio de realização do pregão, sob pena de inabilitação.

**8.7.** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, podendo o pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

**8.8.** A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

**8.9.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.10.** Será verificado se o licitante declarou que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.11.** Será verificado se o licitante declarou no sistema que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021).

**8.12.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

• Para garantir a eficiência e segurança na prestação do serviço, a empresa contratada deve atender aos seguintes requisitos:

### **9.1. VEÍCULOS:**

• Visando a padronização dos veículos utilizados no transporte diário coletivo urbano, segue especificações e características do tipo de veículo que deverá constituir a frota, sendo que todos os veículos deverão atender as Resoluções, Normas Técnicas e Legislação específica da indústria de fabricação de chassi e, além das mencionadas a seguir:

**9.1.1.** Disponibilizar uma frota de 12 ônibus, sendo 10 para operação regular e 2 veículos reserva para substituições emergenciais;

**9.1.2.** Os veículos deverão ser no mínimo 06 ônibus midi, com ar-condicionado, não inferior a 15 toneladas com capacidade mínima de 26 passageiros sentados e acessibilidade e 06 ônibus convencional básico urbano, com ar-condicionado, não inferior a 17 toneladas com capacidade mínima de 42 passageiros sentados e acessibilidade, atendendo os requisitos da tabela abaixo;

**9.1.3.** Garantir que a frota destinada à prestação do serviço possua idade máxima de até 10 (dez) anos;

**9.1.4.** Garantir que todos os veículos estejam em boas condições de funcionamento, seguindo às normas de segurança e acessibilidade; realizando manutenções preventivas e corretivas periódicas;

ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO URBANO / MIDI	
Descrição	Especificações
Motor	Posição dianteira turbinado; Potência e torque deverão atender ABNT NBR ISSO 1585
Transmissão	Automática, semi- automática ou mecânica
Controle de Emissões	PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores) equivalente ao motor Euro V, Euro VI e Euro III
Combustível	Diesel, biodiesel, gás, hidrogênio, elétrico ou híbrido. No caso de utilização de diesel, a prestadora de serviço deverá adicionar biodiesel na proporção exigida por lei.
Rodagem	Rodagem simples nas rodas dianteiras e dupla nas traseiras.
Pneus	Radiais sem câmara, com medidas originais conforme especificações do fabricante, tipo 275-80R22,5 e/ou 295-80R22,5.
Suspensão	Para veículos 17 toneladas ou superior: suspensão pneumática a ar, conforme especificações do fabricante, mantendo a mesma altura do solo independente do seu carregamento. Para veículos mídi inferior a 17 toneladas: suspensão a ar, feixe de molas ou mista, conforme as especificações do fabricante, mantendo a mesma altura do solo, independente do seu carregamento
Estrutura	Encarroçada ou monobloco deverá ser respeitado os limites de peso total máximo, indicado por eixo, conforme especificações do fabricante.
Dimensões	No máximo com 11,500 m de comprimento e no máximo 2,60 m de largura, incluindo para-choques, excluindo os espelhos retrovisores.
Capacidade de passageiros	Para ônibus convencional básico urbano: 42 passageiros sentados e 34 em pé. Para ônibus mídi: 26 passageiros sentados
Porta	Possuir no mínimo 02 (duas) com um vão mínimo de 700 mm de largura situadas no lado direito. Deverá possuir sistema de bloqueio que impede a saída de veículo com as portas abertas e também a abertura das portas com o veículo em movimento. Os veículos deverão possuir porta de serviço dianteira urbana, porta de serviço central urbana com dispositivo de acessibilidade tipo plataforma elevatória veicular tipo A.

Corredor	O corredor de circulação deverá ser feito com material durável, resistente, antiderrapante e não propagador de chama com largura mínima de 650 mm, medida a 300 mm acima do assento do banco do passageiro.
Teto	Com altura interna mínima de 1800mm.
Assoalho	Piso em chapa de alumínio lavrado ou compensado naval, revestido com material de tipo passadeira/ taralhes.
Degraus	A altura entre o patamar do primeiro degrau da escada e o solo deve ser no máximo de 450 mm. A altura máxima entre os degraus deve ser no máximo de 300 mm.
Catraca	Uma por veículo, situada o mais próximo possível da porta de embarque, com registrador mecânico, de quatro braços e altura da geratriz superior do braço da catraca em relação ao piso do corredor entre 900 mm a 1.050 mm, oferecendo uma abertura para passagem dos passageiros, igual ou maior a 400 mm. A catraca deverá ser compatível com o validador eletrônico a ser instalado.
Layout interno	Será permitida somente bancada dupla, podendo haver banco simples junto às portas para facilidade de embarque e desembarque. Todos os bancos deverão estar posicionados no sentido da marcha do veículo e em sentido transversal.
Bando do motorista	Com amortecedor hidráulico ou pneumático com regulagem horizontal e vertical.
Banco do passageiro	Com assento e encosto acolchoado ou estofado revestido em tecido vinil ou similar, e dimensões de: altura do assento: em relação ao local de acomodação dos pés deve estar compreendida entre 380 mm e 450 mm; largura para bancos duplos deverá ter no mínimo 860 mm. A profundidade do assento deve estar compreendida entre 380 mm e 400 mm e a altura do encosto, referida ao nível do assento, desconsiderando o pega- mão, deve ser de no mínimo 450 mm.
Assentos reservados	Serão reservados no mínimo 4 (quatro) assentos reservados. Os assentos reservados deverão ser de cor diferente dos demais bancos e dispor de adesivos indicativos nos vidros laterais.
Distância entre os bancos	A distância livre entre o assento de um banco e o espaldar do que estiver à sua frente, medida no plano horizontal, deve ser igual ou superior a 300 mm, a mesma distância livre deve ser observada em relação ao anteparo caso venha existir.

Acabamento interno	Com revestimento em dupla ou similar. Os balaústres, montados juntos aos bancos, alternadamente do lado direito e esquerdo do corredor de circulação e distanciados no máximo em 2.000 mm. Os corrimãos superiores, um de cada lado do corredor, deverão estar posicionados entre 1.800 mm e 1.900 mm do piso do corredor. O veículo deverá estar dotado de painéis divisórios à frente do banco que esteja voltado para o poço dos degraus de entrada, saída e atrás do motorista.
Balaústres, Corrimãos e Colunas	Devem ser revestidos com tinta epóxi ou equivalente, ou encapsulados, em cores contrastando com o acabamento interno.
Apoio para embarque e desembarque	A entrada e saída dos veículos deverão ser guarnecidas de alças e balaústres instalados sempre no interior da carroceria. Os corrimãos montados no interior da carroceria para desembarque deverão seguir a inclinação do piso da escada, com altura entre 860mm e 960mm.
Ventilação interna no teto	Sistema de ar-condicionado de teto com no mínimo 140.000btus, com distribuição de ar-condicionado dutado no salão de passageiros,
Sinal de parada	Deverá ser feito através de sinal sonoro acionado por cordão instalado no teto e/ou interruptores (botões). O sinal de parada deverá ter até 03 segundos de duração e soar apenas uma vez. O sinal luminoso depois de acionado deverá permanecer ligado junto ao posto do motorista e em outros pontos, visíveis aos passageiros até a abertura da porta.
Saída de emergência	Possuir no mínimo 05 (cinco) janelas de emergência, não podendo ser contíguas, todas com aviso legível de instruções sobre seu funcionamento.
Painel de Destino / Caixa de Letreiro	Deverá ser do tipo eletrônico monocromático de alto brilho do tipo LIGHTDOT ou LEDS de alta intensidade, com uma ou mais linhas de mensagem, nas dimensões mínimas de 1.500 mm de comprimento e 200 mm de altura, com unidade de controle a bordo.
Cano de descarga	Localizado na traseira do veículo, na posição vertical, pode ser embutida na carroceria, com a boca de saída voltada para trás; se visível, deverá possuir proteção contra toques e acidentes.
Acessibilidade	Elevador para acesso a pessoas cadeirantes na porta central do veículo com no mínimo de 01 dispositivo de PCD e acompanhante.

## **9.2 IMPLEMENTAR SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA INTEGRADO (ITS – *Intelligent Transportation Systems*), conforme o ANEXO II (DO TERMO DE REFERÊNCIA).**

### **9.3 ITINERÁRIOS**

9.3.1 Cumprir rigorosamente os itinerários e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal



de Obras e Trânsito, presente no ANEXO I, DO TERMO DE REFERÊNCIA.

9.3.2 Assegurar que os motoristas sejam devidamente habilitados e possuam experiência comprovada no transporte coletivo urbano de no mínimo 6 (seis) meses;

9.3.3 Implementar medidas para minimizar os impactos ambientais, como a redução de emissões de poluentes e poluição sonora dentro dos limites permitidos pela legislação vigente.

9.3.4 Atendimento a critérios de segurança e conforto para os passageiros;

9.3.5 Transparência e fiscalização eficiente da operação.

9.3.6 Fornecer o objeto nas especificações contidas no Termo de Referência;

9.3.7 Pagar todos os tributos que incidam ou venha a incidir, direta ou indiretamente sobre os serviços;

9.3.8 Fornecer o objeto no preço, prazo e formas estipuladas na proposta;

9.3.9 A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente, pelo fornecimento do objeto deste processo licitatório, em conformidade com as disposições deste Edital, o Termo de Referência, seus anexos e termos das propostas de preços, nos termos da legislação vigente ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, altera-los ou complementa-los;

9.3.10 Cumprir todas as obrigações constantes deste Edital, o Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas recorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.3.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Edital, o Termo de Referência;

9.3.12 Não transferir para contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior quando houver inadimplência da contratada, nem onerar o objeto deste Edital, o Termo de Referência;

9.3.13 Informar para a tesouraria do município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: [tesourariapmf@gmail.com](mailto:tesourariapmf@gmail.com).

9.3.14 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **10. DA GARANTIA**

**10.1.** A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, para o (a) fiscal do contrato, no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor do contrato para a execução dos serviços, conforme prevê os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o (a) fiscal do contrato juntar aos autos do processo licitatório comprovante de prestação da garantia.

**10.2.** Caberá à CONTRATADA escolher uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º da lei nº 14.133/2021, dentre as opções abaixo:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**10.3.** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, em até 31 dias corridos, contados a partir da data da homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato.

**10.4.** Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

**10.5.** Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no futuro contrato, a não prestação da garantia exigida implicará sua imediata rescisão se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

**10.6.** Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

**10.7.** A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu fiscal, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

**10.8.** A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 10.2.

**10.9.** Aceita pela CONTRATANTE, a substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

**10.10.** Aplica-se ao presente contrato a garantia legal, prevista no art. 618 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, em relação as obras executadas, nos termos do objeto contratado.

## **11. EXECUÇÃO DO OBJETO, PRAZO, LOCAL E CONTATO**

**11.1.** O início da prestação dos serviços deve ocorrer tão logo seja enviada a ordem de serviço após a formalização do contrato, garantindo a continuidade do transporte coletivo sem impactos negativos para os usuários.

**11.2.** Para esclarecimentos, contatar Secretaria Municipal de Obras e Trânsito: Daniel Gonçalves Ebias, contato: (37) 3329-1846, e-mail: [mobilidadeformiga@gmail.com](mailto:mobilidadeformiga@gmail.com).

## **12. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas com recursos próprios do Município.

**12.2.** Desta forma, as despesas desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.002.26.453.0130.2528.3.3.90.39 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO E COLETIVO - Ficha 1603, tendo este saldo suficiente para cumprir o valor de **R\$**

**8.164.306,68**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**12.3.** Não haverá recurso da União.

## **13. VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** A formalização do contrato é necessária para garantir a execução adequada dos serviços contratados, estabelecendo direitos e deveres tanto para a Administração quanto para a empresa contratada. Conforme dispõe o artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, a formalização contratual é obrigatória para assegurar a regularidade da contratação, independentemente da sua natureza emergencial, permitindo a devida fiscalização e cumprimento das obrigações pactuadas.

**13.2.** O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”.

**13.3.** As prorrogações contratuais deverão ser formalmente justificadas pela Administração, mediante manifestação prévia do setor técnico competente, atestando o interesse público na continuidade do serviço, a vantajosidade da proposta e a manutenção das condições de execução e equilíbrio econômico-financeiro.

**13.4.** A decisão pela prorrogação dependerá de:

- I.** Comprovação de que o serviço vem sendo executado de forma satisfatória;
- II.** Demonstração de que o preço permanece compatível com o praticado no mercado;
- III.** Disponibilidade orçamentária para a nova vigência contratual; e
- IV.** Anuência expressa da contratada quanto à continuidade nas mesmas condições pactuadas.

**13.5.** Decorridos 10 (dez) anos de vigência contratual, o contrato deverá ser obrigatoriamente extinto, sendo vedada nova prorrogação, devendo a Administração promover novo procedimento licitatório, salvo se houver legislação superveniente que disponha em sentido diverso.

## **14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.** Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de 30 (trinta) minutos em campo próprio no sistema com registro da síntese das suas razões. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b)** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação; Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.3.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.4.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.5.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.6.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.7.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.8.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

**15.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**15.2.1.** advertência;

**15.2.2.** multa;

**15.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**15.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**15.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**15.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**15.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**15.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**15.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**15.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

**15.5.** Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial da ata/contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**15.6.** Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

**15.6.1.** dar causa à inexecução parcial da ata/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**15.6.2.** dar causa à inexecução total da ata/contrato;

**15.6.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**15.6.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**15.6.5.** não celebrar a ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**15.6.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**15.7.** Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 15.6.1 a 15.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**15.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

**15.8.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata/contrato;

**15.8.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata/contrato;

**15.8.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**15.8.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**15.8.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata/contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

**15.10.** A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**16.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou pedir qualquer esclarecimento, devendo o interessado fazê-lo até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**16.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à datada abertura do certame na plataforma ou via e-mail.

**16.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas, ou pelos seguintes meios endereço eletrônico [pregoeirospmformiga@gmail.com](mailto:pregoeirospmformiga@gmail.com). Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**16.4.** As respostas do agente de contratação às solicitações de esclarecimentos e impugnações serão encaminhadas por e-mail e disponibilizadas nos sites [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), ficando acessíveis a todos os interessados.

**16.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, caso estes não afetem a formulação de propostas.

**16.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**16.7.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**16.8.** O Município de Formiga/MG, não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo(a) Agente, e que, por isso, sejam intempestivas.

## **17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**17.1.** A prestação do serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, executando os itinerários das linhas de ônibus do transporte público coletivo de passageiros, em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Prefeitura do Município, será



remunerada pelo valor da licitação proposta pela licitante na sua Proposta Comercial.

**17.2.** O preço de referência do contrato, é o valor máximo em que o Município se limita a pagar.

**17.3.** Define-se Receita Operacional, os valores obtidos pelo pagamento da Tarifa Pública pelos usuários, ou seja, os passageiros pagantes (tarifa pública integral ou parcial).

**17.4.** A apuração dos valores será dada, mês a mês, observando-se a Receita auferida (que é função da quantidade de usuários pagantes/equivalentes);

**17.5.** A prestação de contas será calculada mensalmente verificando a existência de déficit ou superávit.

**17.6.** O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento - SF e Nota Fiscal/Fatura corretamente emitida.

**17.7.** Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva execução do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

**17.8.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

**17.9.** As notas fiscais deverão ser emitidas observando as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023.

**17.10.** O Gestor/Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

**17.11.** O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

**17.12.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

**17.13.** Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

**17.14.** A Prefeitura de Formiga poderá a qualquer tempo, realizar auditorias no Sistema de Bilhetagem Eletrônica e nos processos de trabalho realizados pela Contratada quanto à comercialização de passagens e controle de acesso nos ônibus.

**17.15.** Do valor do Pagamento, a Prefeitura de Formiga descontará a parcela referente ao Imposto sobre Serviços (ISS) devido ao Município e incidente sobre a ARRECADAÇÃO, bem como o valor de multas impostas pela Gestora, transitadas em julgado.

## **18. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**18.1.** Atendendo às exigências contidas no art.117 da Lei 14.133, de 2021 e ao Decreto Municipal 9.841 de 2023, foi designado pela autoridade competente, o agente: **MATEUS PINHO DE ÁVILA** para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, como representante da Administração, conforme **PORTARIA Nº 6.250, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**18.2.** A gestão do objeto será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal



de Obras e Trânsito, cabendo a este o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

**18.3.** Competirá ao gestor exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, atestar documentos fiscais, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc;

**18.4.** Competirá ao Fiscal do contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor, exercer o relacionamento necessário com a licitante vencedora, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, etc.

**18.5.** O Fiscal do contrato avaliará a qualidade do serviço segundo o ANEXO III apontando a autoridade competente para providências cabíveis.

**18.6.** A fiscalização e gestão contratual, pelo MUNICÍPIO, não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

**18.7.** As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores designadas deverão ser solicitadas a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

**18.8.** A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Formiga, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

**18.9. A existência da fiscalização não eximirá a Licitante Vencedora de nenhuma responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratado.**

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **19.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**19.1.1.** Atestar a entrega/serviço do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

**19.1.2.** Enviar a Nota de Empenho à CONTRATADA do item solicitado conforme as especificações contidas neste Edital.

**19.1.3.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme contrato firmado, fiscalizará e gerenciará a execução do objeto e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 9.841 de 2023 e Leis aplicáveis.

**19.1.4.** Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

**19.1.5.** Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Edital.

**19.1.6.** Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição/serviço do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

**19.1.7.** Fiscalização a execução do objeto contrato segundo **ANEXO III (DO TERMO DE REFERÊNCIA)**.

## **19.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**19.2.1.** Garantir a prestação dos serviços de transporte coletivo urbano dentro das condições estabelecidas neste Edital, do termo de referência e respeitando os prazos fixados no contrato.

**19.2.2.** Assegurar que a frota contratada, composta por no mínimo 12 ônibus, sendo 10 em operação e 2 reservas técnica, estejam em perfeito estado de funcionamento, atendendo às normas de segurança, acessibilidade e demais exigências contratuais.

**19.2.3.** Cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo os riscos e despesas inerentes à execução do objeto contratado, incluindo custos de manutenção, operação e adequação dos veículos às exigências municipais.

**19.2.4.** Responsabilizar-se integralmente pela qualidade da prestação do serviço, garantindo a substituição imediata de veículos que apresentem defeitos mecânicos recorrentes e falhas de segurança.

**19.2.5.** Disponibilizar motoristas qualificados, devidamente habilitados, com curso específico para transporte coletivo de passageiros e experiência mínima de 6 (seis) meses comprovada na área.

**19.2.6.** Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo município, bem como facilitar e garantir o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços por parte da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

**19.2.7.** Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir toda a legislação vigente aplicável ao contrato, preservando o município de quaisquer demandas jurídicas ou reivindicações oriundas da execução do serviço.

**19.2.8.** Assumir integral responsabilidade civil, penal, previdenciária e fiscal sobre os empregados designados para a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

**19.2.9.** Custear todas as despesas relacionadas aos empregados, incluindo salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação, fornecimento de EPI's e demais custos que venham a incidir sobre a execução do contrato.

**19.2.10.** Informar os dados bancários à Tesouraria Municipal para fins de pagamento, enviando as informações para o endereço eletrônico: [tesourariapmf@gmail.com](mailto:tesourariapmf@gmail.com).

**19.2.11.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

**19.2.12.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.

**19.2.13. A EMPRESA, MELHOR CLASSIFICADA, TERÁ 02 (DOIS) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS. NÃO SENDO APRESENTADA DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO NESTE EDITAL SERÁ CONSIDERADA DESCLASSIFICADA E CHAMADA A SEGUNDA EMPRESA MELHOR CLASSIFICADA.**

## **20. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.**

**20.1.** Fica assegurado ao Município de Formiga – MG o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

**20.2.** A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

**20.3.** Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

**20.4.** A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

**20.5.** Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

**20.6.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados ( art. 71§3º da [Lei nº 14.133, de 2021](#))

**20.7.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da anulação ou revogação da licitação conforme prevê art. 165 “d” da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **21. DO REAJUSTE**

**21.1.** O preço do contrato será reajustado a cada 12 meses, desde a data prevista para a apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, na forma prevista neste Edital e no Contrato, conforme art. 25, §7º da Lei Federal nº. 14.133/21.

**21.2.** A apuração dos valores será dada mediante a atualização da Planilha de Custos Operacionais apresentada pela Licitante vencedora, observando-se a quilometragem programada, a frota alocada conforme ordens de serviço e os preços dos insumos.

**21.2.1.** Os preços dos insumos no processo de reajuste do valor do contrato serão coletados conforme estabelecido abaixo:

- a) Preço do óleo diesel, conforme Notas Fiscais de aquisição da Contratada.
- b) Preço de pneus e recapagens, de acordo com as Notas Fiscais de aquisição e de serviços, ou a utilização de orçamentos;
- c) Preço de veículos, de acordo com as Notas Fiscais de aquisição ou, na sua falta, a utilização de orçamentos;
- d) Valores de salários, conforme acordo sindical da categoria;
- e) Valores de benefícios, conforme despesas apresentadas pela Contratada.
- f) Preços de seguros (Obrigatório e de Responsabilidade Civil) conforme despesas apresentadas pela Contratada.
- g) Preços referentes aos sistemas ITS-Inteligentes de Transportes, conforme despesas apresentadas pela Contratada.

**21.3.** É assegurada a revisão extraordinária do valor do contrato diante de fatos imprevisíveis, áreas econômicas extraordinárias ou ocorrência de modificações nas características operacionais do Serviço de Transporte Público Coletivo do Município de Formiga.

**21.3.1.** Poderá a Contratada requerer à Prefeitura de Formiga, por meio de pedido devidamente justificado, revisão extraordinária do valor do contrato, respeitando-se o procedimento e os prazos fixados no Contrato, por decorrência de uma ou mais situações a seguir exemplificadas:

- a) Ocorrências de eventos excepcionais que promovam modificações imprevistas ou imprevisíveis nos encargos da Contratada tendo como referência a situação originalmente existente quando da publicação do Edital;
- b) Criação, extinção ou alteração de tributos e encargos legais, que tenham repercussão direta nas despesas da Contratada relacionada especificamente com a prestação dos serviços de locação;

c) Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da Contratada, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º. Da Lei nº 8.987/95.

**21.4.** São riscos assumidos pela Contratada, que não ensejam a revisão do contrato:

- a) Constatação superveniente de erros ou omissões na Proposta Comercial da Contratada;
- b) Destruição, roubo, furto ou perda de bens vinculados à contratação e de suas receitas;
- c) Ocorrência de greves de empregados da Contratada ou a interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;
- d) Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;
- e) Custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;
- f) Riscos decorrentes da contratação de financiamentos;
- g) Valorização ou depreciação dos bens vinculados à contratação;

**21.5.** As novas linhas e serviços que forem criados pela Prefeitura de Formiga em seu Município, durante a vigência do presente contrato, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, bem como da divisão, prolongamento ou fusão de linhas, fazem parte do objeto deste contrato, de modo que tais serviços, quando criados, serão de responsabilidade da contratada, resguardando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **22. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**22.1.** A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelos fornecedores, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado, na forma do art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21.

**22.2.** Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração de preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da variação de preços alegados pela contratada.

**22.3.** Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

**22.4.** A contratada deverá protocolar formalmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, contendo:

- a) Justificativa detalhada e fundamentada, com a descrição dos fatos geradores do pedido;
- b) Documentação comprobatória, como notas fiscais, contratos com fornecedores, e demais comprovantes de elevação dos custos (reportagens, notícias que indiquem a variação de preço no mercado);

c) Proposta de readequação dos valores contratuais, com o respectivo impacto financeiro demonstrado através de planilha de custo, se for o caso;

a) Notas fiscais emitidas na época de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

**22.5.** Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nas seguintes condições:

a) Fatos que já eram de conhecimento da contratada na data da apresentação da proposta;

b) Riscos ordinários e previsíveis da atividade econômica;

c) Outros fatores que a Administração julgar não impactarem substancialmente o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

**22.6.** O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

**22.7.** A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato.

**22.8.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias.

**22.9.** Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A - 2º Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: [reequilibrioformiga@gmail.com](mailto:reequilibrioformiga@gmail.com) OU [juridicoelicitacao@gmail.com](mailto:juridicoelicitacao@gmail.com).

## **23. DA MODALIDADE**

**23.1.** A fim de garantir a eficiência, a transparência, a economia e a agilidade necessárias para a continuidade do serviço de transporte coletivo urbano, o município de Formiga realizará a referida contratação sob MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO.

## **24. MEDIDAS PARA TRANSIÇÃO**

**24.1.** Para garantir uma transição eficiente e evitar a interrupção do transporte diário público coletivo urbano, a empresa vencedora irá assumir os cartões de embarque já existentes para os usuários.

## **25. EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NOS VEÍCULOS (BUSDOOR)**

**25.1.** A exploração de espaços publicitários nos veículos utilizados na operação do transporte coletivo urbano, inclusive os painéis do tipo busdoor instalados na parte traseira dos ônibus, será de titularidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Formiga/MG, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

**25.2.** A Contratada deverá permitir e viabilizar a instalação, substituição e manutenção das peças publicitárias, quando solicitada pela Administração, garantindo a preservação da integridade dos veículos, a não obstrução de dispositivos de segurança, iluminação, ventilação ou sinalização, e o pleno cumprimento das normas de trânsito.

**25.3.** É vedado à contratada explorar, ceder, comercializar ou autorizar direta ou indiretamente qualquer forma de publicidade nos veículos, salvo autorização expressa da Prefeitura Municipal de Formiga/MG.

**25.4.** Toda a receita proveniente da comercialização dos espaços publicitários nos ônibus pertencerá integralmente ao Município, devendo ser contabilizada e administrada conforme as normas de direito financeiro e de publicidade pública aplicáveis.

**25.5.** A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a **remoção de campanhas publicitárias** que contenham conteúdo **inadequado, ilícito, político-partidário, ofensivo, discriminatório ou que**



**comprometa a imagem institucional** do Município de Formiga/MG.

## **26. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**

**26.1.** Se o(a) Pregoeiro(a) entender que há indícios de inexecuibilidade, fixará prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio da apresentação de documentos julgados pertinentes, de forma que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

**26.2.** Será considerada inexecuível a proposta que não demonstre sua viabilidade, por meio de documentação, uma vez que não comprovou que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**26.3.** As propostas inexecuíveis serão desclassificadas, nos termos do art.59, inc. III da Lei 14.133/21.

## **27. CONDIÇÕES E PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**27.1.** Após apresentação de uma das garantias citadas no item 10 deste Edital Convocatório, a empresa vencedora terá o prazo de até 05 dias a contar da data do recebimento da convocação da Procuradoria Municipal para assinar o contrato. Fica designado como local para assinatura a Prefeitura Municipal de Formiga-MG, na Procuradoria, situada à Rua Barão de Piumhi, nº 92 A, 3º andar, Centro, Formiga – MG, telefone: (0xx37) 3329-1847 – (0xx37) 3329-1843

**27.2.** O prazo concedido para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado, durante o seu transcurso, pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, conforme §1º do art. 90 da Lei 14.133/2021

**27.3.** Decorrido o prazo estipulado no subitem 27.1, se a Adjudicatária não assinar o instrumento no prazo e condições estabelecidas, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**27.4.** É facultado à Administração transferir a adjudicação aos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital, nas condições do § 2º, do art. 89 da Lei 14.133/2021;

**27.5.** Poderá a proposta de a licitante ser desclassificada até a contratação, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**28.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**28.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**28.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



**28.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**28.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**28.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**28.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**28.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**28.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**28.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br)

**Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

##### **-Constitui parte integrante do Termo de Referência:**

**Anexo I** – Especificações Técnicas - Tabela de linhas e horários de partida

**Anexo II** – Diretrizes Gerais para implantação do Sistema ITS (*Intelligent Transportation Systems*)

**Anexo II.1** – Implantação do Sistema de bilhetagem eletrônica e biometria de reconhecimento facial – SBE

**Anexo II.2** – Implantação do Centro de Controle Operacional – CCO

**Anexo II.3** – Implantação do Serviço de Informação ao Usuário – SIU

**Anexo II.4** – Proteção de Dados Pessoais

**Anexo III** – Avaliação da Qualidade de Serviços

**Anexo III.1** – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

**Anexo III.2** – Instruções para Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

**Anexo III.3** – Relatório de Avaliação e Quadro-Resumo dos Serviços

**Anexo IV** – Apresentação dos veículos para Inspeção Veicular

**Anexo IV.1** – Formulário de Inspeção Veicular

ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**Tendo em vista o tamanho dos arquivos e para que as informações fiquem legíveis aos interessados, os ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA estarão disponíveis, junto ao edital, no site: [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) podendo, também, ser requerida pelo e-mail: [mobilidadeformiga@gmail.com](mailto:mobilidadeformiga@gmail.com)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA**  
**Diretoria de Compras Públicas**

RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 A (2º ANDAR) - CENTRO FORMIGA – MG

TELEFONES: (037) 3329 1844- (037) 3329-1843 – (037) 3329-1823 – (037)3329-1825

CEP 35570-128 - EMAIL: [pregoeirospmformiga@gmail.com](mailto:pregoeirospmformiga@gmail.com)

Formiga, 23 de dezembro de 2025.

Elaborado por: \_\_\_\_\_

**LUCAS EDUARDO PEREIRA**  
**COORDENADOR DE PREGÃO**

Aprovado por: \_\_\_\_\_

**FLÁVIO PASSOS**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa para a prestação de serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

Constitui parte integrante deste Termo de Referência:

**Anexo I** – Especificações Técnicas - Tabela de linhas e horários de partida

**Anexo II** – Diretrizes Gerais para implantação do Sistema ITS (*Intelligent Transportation Systems*)

Anexo II.1 – Implantação do Sistema de bilhetagem eletrônica e biometria de reconhecimento facial - SBE

Anexo II.2 – Implantação do Centro de Controle Operacional – CCO

Anexo II.3 – Implantação do Serviço de Informação ao Usuário – SIU

Anexo II.4 – Proteção de Dados Pessoais

**Anexo III** – Avaliação da Qualidade de Serviços

Anexo III.1 – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

Anexo III.2 – Instruções para Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

Anexo III.3 – Relatório de Avaliação e Quadro-Resumo dos Serviços

**Anexo IV** – Apresentação dos veículos para Inspeção Veicular

Anexo IV.1 – Formulário de Inspeção Veicular

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Constituição Federal estabelece que o transporte público coletivo urbano é um serviço essencial, devendo ser prestado de forma contínua e eficiente.

A falta de transporte público adequado compromete não apenas a rotina dos cidadãos, mas também o comércio local, a frequência escolar e o acesso aos serviços de saúde. Para resolver este problema a presente licitação baseia-se em amplo estudo desenvolvido a partir de pesquisas e modelos de planejamento de transportes, possibilitando propor uma rede racional que irá garantir aos usuários maior conforto, regularidade e confiabilidade.

A finalidade de contratação pretendida pelo Poder Público para o transporte diário público coletivo urbano da cidade de Formiga são:

- c) Oferecer à população um sistema de transporte diário público coletivo urbano municipal integrado, racional, eficaz e capaz de produzir efeito indutor sobre a estrutura da cidade, coerente com o seu processo de consolidação, renovação e controle da expansão urbana;
- d) Oferecer à população um serviço adequado, ou seja, aquele que satisfaça as condições de:

**Regularidade:**

O serviço deve estar de acordo com as regras estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos para sua prestação;

**Continuidade:**

O serviço não pode ser paralisado, mesmo em situações adversas, a fim de garantir mais estabilidade na prestação do serviço e maior segurança para o operador;

**Eficiência:**

O serviço deve ser executado com presteza, perfeição e rendimento, buscando o melhor resultado com o menor custo possível;

**Segurança:**

O serviço deve cumprir as normas e legislações vigentes garantindo a condução e manutenção dos veículos, instalações e equipamentos adequados;

**Atualidade:**

O serviço deve ser permanentemente atualizado, adotando a modernização das técnicas, equipamentos, instalações e sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;

**Generalidade:**

O serviço deve ser prestado de forma igualitária, sem discriminação entre os usuários;

**Cortesia:**

Bom tratamento ao público na sua prestação;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na contratação de uma empresa para operar o transporte diário público coletivo urbano em Formiga - MG, garantindo continuidade e qualidade do serviço para a população.

A empresa contratada deverá disponibilizar uma frota adequada às necessidades do município, composta por ônibus em boas condições de funcionamento, com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, climatização e com funcionalidades tecnológicas de gestão, fiscalização, bilhetagem eletrônica, biometria facial e sistema de informações aos usuários. Além disso, os motoristas devem ser devidamente treinados e qualificados, assegurando um serviço seguro e eficiente.

Os itinerários serão mantidos conforme a configuração atual do transporte municipal, permitindo que a população continue acessando os principais pontos da cidade sem alterações bruscas na logística de deslocamento. Para garantir a eficácia e cumprimento do contrato, a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito será responsável pela fiscalização da operação, monitorando a pontualidade, qualidade do atendimento e condições dos veículos. **Medidas de controle como a avaliação da qualidade do serviço, serão implementadas para assegurar que o serviço atenda plenamente às exigências contidas no ANEXO III deste Termo de Referência.**

A contratação contribuirá diretamente para a redução dos impactos sociais e econômicos, uma vez que, a falta de um serviço eficiente afeta a mobilidade da população, comprometendo o acesso ao trabalho, educação, saúde e comércio.



#### 4. ESPECIFICAÇÃO DAS LINHAS

A tabela abaixo apresenta todas as linhas e sublinhas com as respectivas extensões dos itinerários para atender o município da cidade de Formiga – MG, descritos detalhadamente no ANEXO I:

Itinerário das linhas de ônibus					
	Rota	Início	Final	Tempo	Km
				Gasto	percorrido
Linha 001	Maringa - Centro (R)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	60min	16,36
	Maringa - Centro (B)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	65min	17,42
	Maringa - Centro (P.B)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	70min	21,16
	Maringa - Centro (A)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	60min	17,17
Linha 002	Souza e Silva - Engenho de Serra (R)	Rua João Paulo Faria, n°249	Praça Franc. Albino de Almeida (CDL)	80min	18,82
	Souza e Silva - Engenho de Serra (A)	Rua João Paulo Faria, n°249	Praça Franc. Albino de Almeida (CDL)	85min	23,71
Linha 003	Cidade Nova – Unifor	Rua Deolinda Alves, n°30	Rua Dr. Arnaldo Sena (Unifor)	80min	18,18
Linha 004	Rosa Mística - Bom Pastor (Circular)	Rua Geraldo Roberto de Oliveira, n°284	Rua dos Motoristas, n° 168	95min	22,25
Linha 005	Santa Luzia - Planalto (R.C)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	18,97
	Santa Luzia - Planalto (R.C.S)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	19,44
	Santa Luzia - Planalto (R.A)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	22,17
	Santa Luzia - Planalto (R.A.S)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	22,64
Linha 006	Vila Nova das Formigas – Centro	Rua Seis	Terminal Rodoviário	60min	15,27

Abaixo percurso por linha e dias da semana:

Percurso por Linha									
		Vg DU	Vg sab	Vg dom	PQ DU (km)	PQ sab (km)	PQ dom (km)	PMM (km)	Qtde ônibus
Linha 001	Maringa - Centro (R)	21	7	0	343,56	114,52	0	8016,4	2
	Maringa - Centro (B)	2	0	0	34,84	0	0	766,48	
	Maringa - Centro (P.B)	3	0	0	63,48	0	0	1396,56	
	Maringa - Centro (A)	0	8	14	0	137,36	240,38	1510,96	
Linha 002	Souza e Silva - Engenho de Serra (R)	9	6	0	169,38	112,92	0	4178,04	1
	Souza e Silva - Engenho de Serra (A)	1	0	0	23,71	0	0	521,62	
Linha 003	Cidade Nova - Unifor	22	12	12	399,96	218,16	218,16	10544,4	2
Linha 004	Rosa Mística - Bom Pastor (Circular)	9	5	0	200,25	111,25	0	4850,5	1
Linha 005	Santa Luzia - Planalto (R.C)	1	0	0	18,97	0	0	417,34	2
	Santa Luzia - Planalto (R.C.S)	4	0	0	77,76	0	0	1710,72	
	Santa Luzia - Planalto (R.A)	7	5	0	155,19	110,85	0	3857,58	
	Santa Luzia - Planalto (R.A.S)	3	0	0	67,92	0	0	1494,24	
Linha 006	Vila Nova das Formigas - Centro	30	16	16	458,1	244,32	244,32	12032,76	2
<b>TOTAL de km percorrido pormês</b>								<b>51297,6</b>	<b>10</b>

**Legenda:**

R = Linha Regular;

B = Sublinha comunidade Batatas;

P.B =Sublinha Politruck e comunidade Batatas;

A = Sublinha;

R.C = Linha Regular Centenário;

R.C.S = Linha Regular Centenário Santana;

R.A = Linha Regular Assadef;

R.A.S = Linha Regular Assadef Santana;

Vg Du = Viagem dia útil;

Vg sab = Viagem sábado;

Vg dom = Viagem Domingo

PQ DU = Percurso por quilometro dia útil;

PQ sab = Percurso por quilometro sábado;

PQ dom = Percurso por quilometro domingo;

PMM = Percurso médio mensal.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a eficiência e segurança na prestação do serviço, a empresa contratada deve atender aos seguintes requisitos:

### 5.1 VEÍCULOS:

Visando a padronização dos veículos utilizados no transporte diário coletivo urbano, segue especificações e características do tipo de veículo que deverá constituir a frota, sendo que todos os veículos deverão atender as Resoluções, Normas Técnicas e Legislação específica a da indústria de fabricação de chassi e, além das mencionadas a seguir:

5.1.1 Disponibilizar uma frota de 12 ônibus, sendo 10 para operação regular e 2 veículos reserva para substituições emergenciais;

5.1.2 Os veículos deverão ser no mínimo 06 ônibus midi, com ar-condicionado, não inferior a 15 toneladas com capacidade mínima de 26 passageiros sentados e acessibilidade e 06 ônibus convencional básico urbano, com ar-condicionado, não inferior a 17 toneladas com capacidade mínima de 42 passageiros sentados e acessibilidade, atendendo os requisitos da tabela abaixo;

5.1.3 Garantir que a frota destinada à prestação do serviço possua idade máxima de até 10 (dez) anos;

5.1.4 Garantir que todos os veículos estejam em boas condições de funcionamento, seguindo às normas de segurança e acessibilidade; realizando manutenções preventivas e corretivas periódicas;

ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO URBANO / MIDI	
Descrição	Especificações
Motor	Posição dianteira turbinado; Potência e torque deverão atender ABNT NBR ISSO 1585
Transmissão	Automática, semi- automática ou mecânica

Controle de Emissões	PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores) equivalente ao motor Euro V, Euro VI e Euro III
Combustível	Diesel, biodiesel, gás, hidrogênio, elétrico ou híbrido. No caso de utilização de diesel, a prestadora de serviço deverá adicionar biodiesel na proporção exigida por lei.
Rodagem	Rodagem simples nas rodas dianteiras e dupla nas traseiras.
Pneus	Radiais sem câmara, com medidas originais conforme especificações do fabricante, tipo 275-80R22,5 e/ou 295-80R22,5.
Suspensão	Para veículos 17 toneladas ou superior: suspensão pneumática a ar, conforme especificações do fabricante, mantendo a mesma altura do solo independente do seu carregamento. Para veículos mídi inferior a 17 toneladas: suspensão a ar, feixe de molas ou mista, conforme as especificações do fabricante, mantendo a mesma altura do solo, independente do seu carregamento
Estrutura	Encarroçada ou monobloco deverá ser respeitado os limites de peso total máximo, indicado por eixo, conforme especificações do fabricante.
Dimensões	No máximo com 11,500 m de comprimento e no máximo 2,60 m de largura, incluindo para-choques, excluindo os espelhos retrovisores.
Capacidade de passageiros	Para ônibus convencional básico urbano: 42 passageiros sentados e 34 em pé. Para ônibus mídi: 26 passageiros sentados
Porta	Possuir no mínimo 02 (duas) com um vão mínimo de 700 mm de largura situadas no lado direito. Deverá possuir sistema de bloqueio que impede a saída de veículo com as portas abertas e também a abertura das portas com o veículo em movimento. Os veículos deverão possuir porta de serviço dianteira urbana, porta de serviço central urbana com dispositivo de acessibilidade tipo plataforma elevatória veicular tipo A.
Corredor	O corredor de circulação deverá ser feito com material durável, resistente, antiderrapante e não propagador de chama com largura mínima de 650 mm, medida a 300 mm acima do assento do banco do passageiro.
Teto	Com altura interna mínima de 1800mm.
Assoalho	Piso em chapa de alumínio lavrado ou compensado naval, revestido com material de tipo passadeira/ taralhes.

Degraus	A altura entre o patamar do primeiro degrau da escada e o solo deve ser no máximo de 450 mm. A altura máxima entre os degraus dever ser no máximo de 300 mm.
Catraca	Uma por veículo, situada o mais próximo possível da porta de embarque, com registrador mecânico, de quatro braços e altura da geratriz superior do braço da catraca em relação ao piso do corredor entre 900 mm a 1.050 mm, oferecendo uma abertura para passagem dos passageiros, igual ou maior a 400 mm. A catraca deverá ser compatível com o validador eletrônico a ser instalado.
Layout interno	Será permitida somente bancada dupla, podendo haver banco simples junto às portas para facilidade de embarque e desembarque. Todos os bancos deverão estar posicionados no sentido da marcha do veículo e em sentido transversal.
Bando do motorista	Com amortecedor hidráulico ou pneumático com regulagem horizontal e vertical.
Banco do passageiro	Com assento e encosto acolchoado ou estofado revestido em tecido vinil ou similar, e dimensões de: altura do assento: em relação ao local de acomodação dos pés deve estar compreendida entre 380 mm e 450 mm; largura para bancos duplos deverá ter no mínimo 860 mm. A profundidade do assento deve estar compreendida entre 380 mm e 400 mm e a altura do encosto, referida ao nível do assento, desconsiderando o pega- mão, deve ser de no mínimo 450 mm.
Assentos reservados	Serão reservados no mínimo 4 (quatro) assentos reservados. Os assentos reservados deverão ser de cor diferente dos demais bancos e dispor de adesivos indicativos nos vidros laterais.
Distância entre os bancos	A distância livre entre o assento de um banco e o espaldar do que estiver à sua frente, medida no plano horizontal, deve ser igual ou superior a 300 mm, a mesma distância livre deve ser observada em relação ao anteparo caso venha existir.
Acabamento interno	Com revestimento em dupla ou similar. Os balaústres, montados juntos aos bancos, alternadamente do lado direito e esquerdo do corredor de circulação e distanciados no máximo em 2.000 mm. Os corrimãos superiores, um de cada lado do corredor, deverão estar posicionados entre 1.800 mm e 1.900 mm do piso do corredor. O veículo deverá estar dotado de painéis divisórios à frente do banco que esteja voltado para o poço dos degraus de entrada, saída e atrás do motorista.
Balaústres, Corrimãos e Colunas	Devem ser revestidos com tinta epóxi ou equivalente, ou encapsulados, em cores contrastando com o acabamento interno.



Apoio para embarque e desembarque	A entrada e saída dos veículos deverão ser guarnecidas de alças e balaústres instalados sempre no interior da carroceria. Os corrimãos montados no interior da carroceria para desembarque deverão seguir a inclinação do piso da escada, com altura entre 860mm e 960mm.
Ventilação interna no teto	Sistema de ar-condicionado de teto com no mínimo 140.000btus, com distribuição de ar-condicionado dutado no salão de passageiros,
Sinal de parada	Deverá ser feito através de sinal sonoro acionado por cordão instalado no teto e/ou interruptores (botões). O sinal de parada deverá ter até 03 segundos de duração e soar apenas uma vez. O sinal luminoso depois de acionado deverá permanecer ligado junto ao posto do motorista e em outros pontos, visíveis aos passageiros até a abertura da porta.
Saída de emergência	Possuir no mínimo 05 (cinco) janelas de emergência, não podendo ser contíguas, todas com aviso legível de instruções sobre seu funcionamento.
Painel de Destino / Caixa de Letreiro	Deverá ser do tipo eletrônico monocromático de alto brilho do tipo LIGHTDOT ou LEDS de alta intensidade, com uma ou mais linhas de mensagem, nas dimensões mínimas de 1.500 mm de comprimento e 200 mm de altura, com unidade de controle a bordo.
Cano de descarga	Localizado na traseira do veículo, na posição vertical, pode ser embutida na carroceria, com a boca de saída voltada para trás; se visível, deverá possuir proteção contra toques e acidentes.
Acessibilidade	Elevador para acesso a pessoas cadeirantes na porta central do veículo com no mínimo de 01 dispositivo de PCD e acompanhante.

## **5.2 IMPLEMENTAR SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA INTEGRADO (ITS – *Intelligent Transportation Systems*), conforme o ANEXO II.**

### **9.4 ITINERÁRIOS**

5.3.1 Cumprir rigorosamente os itinerários e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, presente no ANEXO I, deste Termo de Referência.

5.3.2 Assegurar que os motoristas sejam devidamente habilitados e possuam experiência comprovada no transporte coletivo urbano de no mínimo 6 (seis) meses;

5.3.3 Implementar medidas para minimizar os impactos ambientais, como a redução de emissões de poluentes e poluição sonora dentro dos limites permitidos pela legislação vigente.

5.3.4 Atendimento a critérios de segurança e conforto para os passageiros;

5.3.5 Transparência e fiscalização eficiente da operação.

5.3.6 Fornecer o objeto nas especificações contidas no Termo de Referência;

5.3.7 Pagar todos os tributos que incidam ou venha a incidir, direta ou indiretamente sobre os serviços;

5.3.8 Fornecer o objeto no preço, prazo e formas estipuladas na proposta;

5.3.9 A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente, pelo fornecimento do objeto deste processo licitatório, em conformidade com as disposições do Termo de Referência, seus anexos e termos das propostas de preços, nos termos da legislação vigente ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

5.3.10 Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas recorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.3.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;

5.3.12 Não transferir para contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior quando houver inadimplência da contratada, nem onerar o objeto deste Termo de Referência;

5.3.13 Informar para a tesouraria do município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: [tesourariapmf@gmail.com](mailto:tesourariapmf@gmail.com).

5.3.14 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **10 FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 Atendendo às exigências contidas no art.117 da Lei 14.133, de 2021 e ao Decreto Municipal 9.841 de 2023, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, como representante da Administração, conforme portaria de fiscalização, a ser citada no edital.

6.2 A gestão do objeto será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, cabendo a este o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

6.3 Competirá ao gestor exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, atestar documentos fiscais, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc;

6.4 Competirá ao Fiscal do contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações

ao gestor, exercer o relacionamento necessário com a licitante vencedora, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, etc.

6.5 O Fiscal do contrato avaliará a qualidade do serviço segundo o ANEXO III apontando á autoridade competente para providências cabíveis.

6.6 A fiscalização e gestão contratual, pelo MUNICÍPIO, não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

6.7 As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores designadas deverão ser solicitadas a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

6.8 A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Formiga, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

6.9 A existência da fiscalização não eximirá a Licitante Vencedora de nenhuma responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratado.

## **7. VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

7.1 A formalização do contrato é necessária para garantir a execução adequada dos serviços contratados, estabelecendo direitos e deveres tanto para a Administração quanto para a empresa contratada. Conforme dispõe o artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, a formalização contratual é obrigatória para assegurar a regularidade da contratação, independentemente da sua natureza emergencial, permitindo a devida fiscalização e cumprimento das obrigações pactuadas.

7.2 O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”.

7.3 As prorrogações contratuais deverão ser formalmente justificadas pela Administração, mediante

manifestação prévia do setor técnico competente, atestando o interesse público na continuidade do serviço, a vantajosidade da proposta e a manutenção das condições de execução e equilíbrio econômico-financeiro.

A decisão pela prorrogação dependerá de:

- V.** Comprovação de que o serviço vem sendo executado de forma satisfatória;
- VI.** Demonstração de que o preço permanece compatível com o praticado no mercado;
- VII.** Disponibilidade orçamentária para a nova vigência contratual; e
- VIII.** Anuência expressa da contratada quanto à continuidade nas mesmas condições pactuadas.

7.4 Decorridos 10 (dez) anos de vigência contratual, o contrato deverá ser obrigatoriamente extinto, sendo vedada nova prorrogação, devendo a Administração promover novo procedimento licitatório, salvo se houver legislação superveniente que disponha em sentido diverso.

## **8. DA GARANTIA**

8.1 A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, para o (a) fiscal do contrato, no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor do contrato para a execução dos serviços, conforme prevê os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o (a) fiscal do contrato juntar aos autos do processo licitatório comprovante de prestação da garantia.

8.2 Caberá à CONTRATADA escolher uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º da lei nº 14.133/2021, dentre as opções abaixo:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.3 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, em até 31 dias corridos, contados a partir da data da homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato.

8.4 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

8.5 Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no futuro contrato, a não prestação da garantia exigida

implicará sua imediata rescisão se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

8.6 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

8.7 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu fiscal, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

8.8 A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 24.2.

8.9 Aceita pela CONTRATANTE, a substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

8.10 Aplica-se ao presente contrato a garantia legal, prevista no art. 618 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, em relação as obras executadas, nos termos do objeto contratado.

## **9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

9.1 A prestação do serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, executando os itinerários das linhas de ônibus do transporte público coletivo de passageiros, em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Prefeitura do Município, será remunerada pelo valor da licitação proposta pela licitante na sua Proposta Comercial.

9.2 O preço de referência do contrato, é o valor máximo em que o Município se limita a pagar.

9.3 Define-se Receita Operacional, os valores obtidos pelo pagamento da Tarifa Pública pelos usuários,



ou seja, os passageiros pagantes (tarifa pública integral ou parcial).

9.4 A apuração dos valores será dada, mês a mês, observando-se a Receita auferida (que é função da quantidade de usuários pagantes/equivalentes);

9.5 A prestação de contas será calculada mensalmente verificando a existência de déficit ou superávit.

9.6 O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento - SF e Nota Fiscal/Fatura corretamente emitida.

9.7 Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva execução do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

9.8 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

9.9 As notas fiscais deverão ser emitidas observando as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023.

9.10 O Gestor/Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

9.11 O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pela CONTRATADA ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

9.12 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

9.13 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

9.14 A Prefeitura de Formiga poderá a qualquer tempo, realizar auditorias no Sistema de Bilhetagem Eletrônica e nos processos de trabalho realizados pela Contratada quanto à comercialização de passagens e controle de acesso nos ônibus.

9.15 Do valor do Pagamento, a Prefeitura de Formiga descontará a parcela referente ao Imposto sobre Serviços (ISS) devido ao Município e incidente sobre a ARRECADAÇÃO, bem como o valor de multas

impostas pela Gestora, transitadas em julgado.

## **10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, destinado à contratação de serviços comuns e contínuos, com julgamento pelo critério de menor preço global, observadas as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital.

A escolha da empresa vencedora estará condicionada à comprovação de atendimento integral aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, bem como ao cumprimento das exigências de qualificação operacional e da frota previstas no Termo de Referência e seus anexos.

O critério de menor preço global assegura a vantajosidade econômica para a Administração, garantindo equilíbrio entre custo, eficiência operacional e qualidade dos serviços prestados.

## **11. JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

A estimativa de preço para a contratação da prestação do serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) com biometria facial, Sistema de Acompanhamento de Frota (CCO-GPS), Sistema de Informações aos Usuários (SIU), garagem e seguro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, foi realizada por meio de pesquisa direta de mercado junto a empresas do setor privado, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

O levantamento foi conduzido com três empresas com atuação no segmento de transporte coletivo urbano, o que permitiu obter valores atuais e aderentes à realidade operacional do Município de Formiga/MG, garantindo uma análise fundamentada e alinhada aos preços praticados no mercado regional.

No tocante à utilização de bases públicas de referência de preços (como bancos de dados de contratações de outros órgãos, painéis de preços e atas de registro de preços), verifica-se que, em razão da especificidade do objeto – que envolve a prestação integrada do serviço (frota, motoristas, combustível, manutenção, SBE, CCO, SIU, garagem e seguro em um único pacote contratual) – não há registros

suficientes e diretamente comparáveis que reflitam, de forma fidedigna, o modelo ora pretendido. Em geral, as contratações públicas disponíveis tratam de:

- Concessões de transporte com estrutura jurídica diversa;
- Aquisição isolada de veículos;
- Contratações fragmentadas (combustível, manutenção, bilhetagem, tecnologia etc.), e não da prestação de serviço completo e contínuo, como desenhado neste Termo de Referência.

Diante disso, a Administração concluiu que a fonte mais adequada e representativa para formação do valor estimado, neste caso concreto, é a pesquisa direta junto a empresas especializadas, capaz de refletir os custos integrados da operação nas condições exigidas pelo Município.

Com base nas cotações obtidas, apurou-se o preço mínimo do item, conforme tabela a seguir:

PLANILHA DE PREÇOS							
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa para a prestação de serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Período (Meses)	Unitário Mês	Total Mês	Total Anual
1	Ônibus para transporte coletivo urbano – serviço completo, incluindo fornecimento de veículos, motoristas qualificados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, e demais custos operacionais contidos no Termo de Referência, incluindo seus anexos, necessários para a prestação contínua do serviço público municipal.	UNID.	12	12	R\$ 56.696,57	R\$ 680.358,89	R\$ 8.164.306,68

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.164.306,68**, conforme custos unitários apostos na tabela acima

## 12. MEDIDAS PARA TRANSIÇÃO

Para garantir uma transição eficiente e evitar a interrupção do transporte diário público coletivo urbano, a empresa vencedora irá assumir os cartões de embarque já existentes para os usuários.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas com recursos próprios do Município.

Desta forma, as despesas desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.002.26.453.0130.2528.3.3.90.39 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO E COLETIVO -

Ficha 1603, tendo este saldo suficiente para cumprir o valor de **R\$ 8.164.306,68**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

Não haverá recurso da União.

### **14. DAS ME/EPP E DA AMPLA CONCORRÊNCIA**

O objeto desta contratação corresponde a um único item, consistente na prestação de serviço completo de transporte público coletivo urbano, incluindo fornecimento de veículos, motoristas qualificados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, sistemas tecnológicos e demais custos operacionais necessários à prestação contínua do serviço, conforme Termo de Referência e seus anexos.

Foi analisada a possibilidade de fracionar o objeto em mais de um item (por linha, por veículo ou por período), porém verificou-se que tal fragmentação não é técnica nem economicamente viável, pois poderia gerar aumento de custos administrativos, dificuldades de coordenação da operação, riscos à continuidade do serviço e maior complexidade na fiscalização contratual. Por essa razão, o objeto foi mantido como item único e indivisível.

No que se refere ao tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, registra-se que o valor global estimado desse item único supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto na legislação como parâmetro para contratações exclusivas para ME/EPP. Assim, não se aplica, no caso concreto, a regra de exclusividade até R\$ 80.000,00, nem é possível reservar parcela do objeto, justamente por se tratar de serviço indivisível e operado de forma integrada.

### **15. DA MODALIDADE**

A fim de garantir a eficiência, a transparência, a economia e a agilidade necessárias para a continuidade do serviço de transporte coletivo urbano, o município de Formiga realizará a referida contratação sob MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO.

## **16. EXECUÇÃO DO OBJETO**

O início da prestação dos serviços deve ocorrer tão logo seja enviada a ordem de serviço após a formalização do contrato, garantindo a continuidade do transporte coletivo sem impactos negativos para os usuários.

Para esclarecimentos, contatar Secretaria Municipal de Obras e Trânsito: Daniel Gonçalves Ebias, contato: (37) 3329-1846, e-mail: [mobilidadeformiga@gmail.com](mailto:mobilidadeformiga@gmail.com).

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 17.1 Atestar a entrega/serviço do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 17.2 Enviar a Nota de Empenho à CONTRATADA do item solicitado conforme as especificações contidas neste Termo.
- 17.3 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme contrato firmado, fiscalizará e gerenciará a execução do objeto e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 9.841 de 2023 e Leis aplicáveis.
- 17.4 Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 17.5 Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.
- 17.6 Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição/serviço do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.
- 17.7 Fiscalização a execução do objeto contrato segundo ANEXO III.

## **18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A operação de transporte coletivo de passageiros por ônibus requer uma experiência mínima da empresa operadora, de modo a garantir a boa prestação do serviço desde o início de sua operação.

- 18.1 A empresa contratada deverá apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica operacional de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido (s) por pessoa (as) jurídicas de direito público e privado que especifique (m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados com indicações das entidades e prazo contratual, datas de início e término e



local da prestação dos serviços.

- 18.2 Entende-se por mesma natureza e porte, atestado ou atestados de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre (m) que o licitante prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação. A comprovação poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante, no mesmo período de execução.
- 18.3 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).
- 18.4 No caso de serviço público, o atestado deverá ser fornecido pelo Poder Público a quem a Licitante preste ou tenha prestado serviços.
- 18.5 O atestado deverá ser firmado por pessoa que efetivamente responda civilmente pela empresa declarante, como seu diretor, sócio-gerente ou, no caso de Poder Público, pelo responsável legal pelos serviços, devendo o signatário estar claramente identificado (nome e função).
- 18.6 Só serão aceitos atestados que sejam redigidos de forma clara e de fácil interpretação, para que sirvam de comprovação de capacidade técnica da Licitante, que faça referência expressa às características do serviço executado direta e unicamente por esta.

## **19. JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A qualificação técnica exigida na contratação do serviço de transporte coletivo diário público urbano no município de Formiga- MG tem como objetivo garantir que a empresa contratada possua a capacidade operacional e experiência necessária para a prestação do serviço de maneira segura, eficiente e contínua. Diante da essencialidade do transporte público e da necessidade de evitar interrupções no serviço, a exigência de qualificação técnica busca assegurar a seleção de um fornecedor que demonstre competência e confiabilidade na execução do contrato.

A apresentação de atestados de capacidade técnica é fundamental para comprovar que a empresa já operou em condições similares às exigidas neste contrato, isso demonstra que a contratada tem experiência comprovada na execução de serviços de transporte coletivo diário público coletivo urbano e está apta a fornecer um serviço de qualidade e dentro das exigências estabelecidas pela administração pública.

## **20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a. Garantir a prestação dos serviços de transporte coletivo urbano dentro das condições estabelecidas neste termo de referência e respeitando os prazos fixados no contrato.
- b. Assegurar que a frota contratada, composta por no mínimo 12 ônibus, sendo 10 em operação e 2 reservas técnica, estejam em perfeito estado de funcionamento, atendendo às normas de segurança, acessibilidade e demais exigências contratuais.
- c. Cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo os riscos e despesas inerentes à execução do objeto contratado, incluindo custos de manutenção, operação e adequação dos veículos às exigências municipais.
- d. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade da prestação do serviço, garantindo a substituição imediata de veículos que apresentem defeitos mecânicos recorrentes e falhas de segurança.
- e. Disponibilizar motoristas qualificados, devidamente habilitados, com curso específico para transporte coletivo de passageiros e experiência mínima de 6 (seis) meses comprovada na área.
- f. Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo município, bem como facilitar e garantir o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços por parte da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.
- g. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir toda a legislação vigente aplicável ao contrato, preservando o município de quaisquer demandas jurídicas ou reivindicações oriundas da execução do serviço.
- h. Assumir integral responsabilidade civil, penal, previdenciária e fiscal sobre os empregados designados para a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- i. Custear todas as despesas relacionadas aos empregados, incluindo salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação, fornecimento de EPI's e demais custos que venham a incidir sobre a execução do contrato.
- j. Informar os dados bancários à Tesouraria Municipal para fins de pagamento, enviando as informações para o endereço eletrônico: [tesourariapmf@gmail.com](mailto:tesourariapmf@gmail.com).
- k. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.
- l. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para

pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.

m. A empresa, melhor classificada, terá 02 (dois) dias para apresentação de planilha de composição de custos. Não sendo apresentada dentro do prazo estipulado neste Termo de Referência será considerada desclassificada e chamada a segunda empresa melhor classificada.

## **21. EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NOS VEÍCULOS (BUSDOOR)**

A exploração de espaços publicitários nos veículos utilizados na operação do transporte coletivo urbano, inclusive os painéis do tipo busdoor instalados na parte traseira dos ônibus, será de titularidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Formiga/MG, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

A Contratada deverá permitir e viabilizar a instalação, substituição e manutenção das peças publicitárias, quando solicitada pela Administração, garantindo a preservação da integridade dos veículos, a não obstrução de dispositivos de segurança, iluminação, ventilação ou sinalização, e o pleno cumprimento das normas de trânsito.

É vedado à contratada explorar, ceder, comercializar ou autorizar direta ou indiretamente qualquer forma de publicidade nos veículos, salvo autorização expressa da Prefeitura Municipal de Formiga/MG.

Toda a receita proveniente da comercialização dos espaços publicitários nos ônibus pertencerá integralmente ao Município, devendo ser contabilizada e administrada conforme as normas de direito financeiro e de publicidade pública aplicáveis.

A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a **remoção de campanhas publicitárias** que contenham conteúdo **inadequado, ilícito, político-partidário, ofensivo, discriminatório ou que comprometa a imagem institucional** do Município de Formiga/MG.

## **22. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, a contratada que, com dolo ou culpa, praticar as condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

21.2 Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente.

21.3 Na aplicação das sanções, serão considerados os seguintes fatores:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos causados à Administração Pública;
- e) A existência de programa de integridade implantado ou aperfeiçoado pela contratada, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4 A multa será aplicada em percentual de 0,5% a 30% sobre o valor homologado, conforme a gravidade da infração, devendo ser recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, contado a partir da comunicação oficial. A penalidade poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

21.5 A advertência será aplicada exclusivamente nos casos de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, será aplicada nos seguintes casos:

- a) Causar a inexecução parcial do contrato que comprometa gravemente o funcionamento dos serviços públicos ou o interesse coletivo;
- b) Causar a inexecução total do contrato;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- d) Não manter a proposta, salvo em caso de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não assinar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a formalização contratual dentro do prazo de validade da proposta;
- f) Retardar, sem justificativa plausível, a execução ou a entrega do objeto contratado.

21.7 Quando a infração justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos no item 21.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

21.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestação de informações inverídicas durante a execução do contrato;
- b) Fraude na execução contratual ou qualquer outro ato fraudulento que comprometa a integridade do contrato;
- c) Comportamento inidôneo ou prática de fraude de qualquer natureza;
- d) Prática de atos ilícitos que frustrem os objetivos do contrato;
- e) Prática de atos lesivos previstos no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.
- f) A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará a contratada às penalidades cabíveis, incluindo a imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da contratação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

21.9 A aplicação das sanções será precedida de regular processo administrativo de responsabilização, conduzido em observância às disposições dos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **22 DO REAJUSTE**

22.1 O preço do contrato será reajustado a cada 12 meses, desde a data prevista para a apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, na forma prevista neste Edital e no Contrato, conforme art. 25, §7º da Lei Federal nº. 14.133/21.

22.2 A apuração dos valores será dada mediante a atualização da Planilha de Custos Operacionais apresentada pela Licitante vencedora, observando-se a quilometragem programada, a frota alocada conforme ordens de serviço e os preços dos insumos.

22.2.1 Os preços dos insumos no processo de reajuste do valor do contrato serão coletados conforme estabelecido abaixo:

- a) Preço do óleo diesel, conforme Notas Fiscais de aquisição da Contratada.
- b) Preço de pneus e recapagens, de acordo com as Notas Fiscais de aquisição e de serviços, ou a utilização de orçamentos;

- c) Preço de veículos, de acordo com as Notas Fiscais de aquisição ou, na sua falta, a utilização de orçamentos;
- d) Valores de salários, conforme acordo sindical da categoria;
- e) Valores de benefícios, conforme despesas apresentadas pela Contratada.
- f) Preços de seguros (Obrigatório e de Responsabilidade Civil) conforme despesas apresentadas pela Contratada.
- g) Preços referentes aos sistemas ITS-Inteligentes de Transportes, conforme despesas apresentadas pela Contratada.

22.3 É assegurada a revisão extraordinária do valor do contrato diante de fatos imprevisíveis, áreas econômicas extraordinárias ou ocorrência de modificações nas características operacionais do Serviço de Transporte Público Coletivo do Município de Formiga.

22.3.1 Poderá a Contratada requerer à Prefeitura de Formiga, por meio de pedido devidamente justificado, revisão extraordinária do valor do contrato, respeitando-se o procedimento e os prazos fixados no Contrato, por decorrência de uma ou mais situações a seguir exemplificadas:

- d) Ocorrências de eventos excepcionais que promovam modificações imprevistas ou imprevisíveis nos encargos da Contratada tendo como referência a situação originalmente existente quando da publicação do Edital;
- e) Criação, extinção ou alteração de tributos e encargos legais, que tenham repercussão direta nas despesas da Contratada relacionada especificamente com a prestação dos serviços de locação;
- f) Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da Contratada, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º. Da Lei nº 8.987/95.

22.4 São riscos assumidos pela Contratada, que não ensejam a revisão do contrato:

- h) Constatação superveniente de erros ou omissões na Proposta Comercial da Contratada;
- i) Destruição, roubo, furto ou perda de bens vinculados à contratação e de suas receitas;
- j) Ocorrência de greves de empregados da Contratada ou a interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;
- k) Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;



- l) Custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;
- m) Riscos decorrentes da contratação de financiamentos;
- n) Valorização ou depreciação dos bens vinculados à contratação;

22.5 As novas linhas e serviços que forem criados pela Prefeitura de Formiga em seu Município, durante a vigência do presente contrato, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, bem como da divisão, prolongamento ou fusão de linhas, fazem parte do objeto deste contrato, de modo que tais serviços, quando criados, serão de responsabilidade da contratada, resguardando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **23 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

23.1 A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelos fornecedores, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado, na forma do art.124, II, “d” da Lei 14.133/21.

23.2 Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração de preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da variação de preços alegados pela contratada.

23.3 Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

23.4 A contratada deverá protocolar formalmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, contendo:

- d) Justificativa detalhada e fundamentada, com a descrição dos fatos geradores do pedido;

- e) Documentação comprobatória, como notas fiscais, contratos com fornecedores, e demais comprovantes de elevação dos custos (reportagens, notícias que indiquem a variação de preço no mercado);
- f) Proposta de readequação dos valores contratuais, com o respectivo impacto financeiro demonstrado através de planilha de custo, se for o caso;
- b) Notas fiscais emitidas na época de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

23.5 Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nas seguintes condições:

- d) Fatos que já eram de conhecimento da contratada na data da apresentação da proposta;
- e) Riscos ordinários e previsíveis da atividade econômica;
- f) Outros fatores que a Administração julgar não impactarem substancialmente o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

23.6 O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

23.7 A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato.

23.8 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias.

23.9 Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A - 2º Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: [reequilibrioformiga@gmail.com](mailto:reequilibrioformiga@gmail.com) OU [juridicoelicitacao@gmail.com](mailto:juridicoelicitacao@gmail.com).

## **24 DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

24.1 Com o objetivo de realizar a promoção do desenvolvimento econômico e social local, em conformidade com o disposto nos art. 47 e art. 48, inciso II e § 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014), este Termo de Referência estabelece que, sempre que possível, será dada preferência a microempresas e empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no município, especialmente se o objeto da licitação envolver produtos ou serviços de natureza local desde que atendidos integralmente os requisitos técnicos e legais exigidos no presente processo licitatório.

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e

social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)''

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021).

II - Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. ‘’

24.2 Será promovida preferência na contratação de fornecedores locais, considerando-se o incentivo ao desenvolvimento dos micros, pequenos e médios agentes econômicos. Trata-se de uma intervenção do Município no domínio econômico que tem como objetivo estimular e aumentar a produção, defender os interesses do povo possibilitando a justiça e solidariedade social.

24.3 Esta preferência referente às microempresas, empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no Município de Formiga/MG, visa fomentar o desenvolvimento econômico local, garantindo maior participação das empresas locais e promovendo a geração de emprego e renda no município.

24.4 A preferência será exercida por meio de critérios técnicos ou redução de preço, priorizando a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, MEIs e sociedades cooperativas, sediadas no Município de Formiga/MG, considerando ofertas apresentadas que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido, nos termos do artigo 13, inciso I, do Decreto Municipal de Formiga/MG nº 10.805/25 e nos moldes dos artigos 47 e 48, §3º da Lei Complementar 123/2006.

24.5 Tal medida visa estimular a economia local, fortalecer o empreendedorismo e reduzir custos logísticos e operacionais, sem prejuízo à competitividade, à isonomia entre os participantes e à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **25 CONDIÇÕES GERAIS**

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do futuro edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1ºAndar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do site [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) - Centro - Formiga–MG.

Formiga/MG, 18 de dezembro de 2025.

Termo de referência elaborado por:

---

Bruna Aparecida Costa Ribeiro  
Assessora de Engenharia em Trânsito de Mobilidade Urbana

Aprovado por:

---

Flávio Passos  
Secretário Municipal de Obras e Trânsito

**ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**-Constitui parte integrante do Termo de Referência:**

**Anexo I** – Especificações Técnicas - Tabela de linhas e horários de partida

**Anexo II** – Diretrizes Gerais para implantação do Sistema ITS (*Intelligent Transportation Systems*)

**Anexo II.1** – Implantação do Sistema de bilhetagem eletrônica e biometria de reconhecimento facial – SBE

**Anexo II.2** – Implantação do Centro de Controle Operacional – CCO

**Anexo II.3** – Implantação do Serviço de Informação ao Usuário – SIU

**Anexo II.4** – Proteção de Dados Pessoais

**Anexo III** – Avaliação da Qualidade de Serviços

**Anexo III.1** – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

**Anexo III.2** – Instruções para Preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços

**Anexo III.3** – Relatório de Avaliação e Quadro-Resumo dos Serviços

**Anexo IV** – Apresentação dos veículos para Inspeção Veicular

**Anexo IV.1** – Formulário de Inspeção Veicular

**Tendo em vista o tamanho dos arquivos e para que as informações fiquem legíveis aos interessados, os ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA estarão disponíveis, junto ao edital, no site: [www.formiga.mg.gov.br](http://www.formiga.mg.gov.br) podendo, também, ser requerida pelo e-mail: [mobilidadeformiga@gmail.com](mailto:mobilidadeformiga@gmail.com)**

**ANEXO II**

**ESTIMATIVA DE PREÇOS**

PLANILHA DE PREÇOS							
<b>OBJETO:</b>	Contratação de empresa para a prestação de serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Período (Meses)	Unitário Mês	Total Mês	Total Anual
1	Ônibus para transporte coletivo urbano – serviço completo, incluindo fornecimento de veículos, motoristas qualificados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, e demais custos operacionais contidos no Termo de Referência, incluindo seus anexos, necessários para a prestação contínua do serviço público municipal.	UNID.	12	12	R\$ 56.696,57	R\$ 680.358,89	R\$ 8.164.306,68

- O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.164.306,68**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.



**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 333/2025**  
**PREGÃO ELETRONICO Nº 076/2025**

Pelo presente contrato, tendo, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º: 16.784.720/0001-25, com sua sede administrativa localizada na Rua Barão de Piumhi, n.º: 121, Centro, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, **Sr Laércio dos Reis Gomes**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Formiga - MG, portador do C.P.F. n.º: 761.371.396-20 e R.G. n.º: MG 3.863.304 SSP/MG, a seguir denominado simplesmente “**CONTRATANTE**” e, de outro lado, a empresa-----, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º: ----- e Inscrição Estadual n.º: -----, estabelecida em -----, na Rua -----, neste ato, representada por seu Diretor, Sr.-----, brasileiro, estado civil , profissão , residente e domiciliado em -----, na -----, portador do C.P.F. n.º: -----, R.G. n.º. ----- e -----, doravante denominada “**CONTRATADA**”, resolvem firmar o presente contrato de prestação de serviços, como especificado em seu objeto, e tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº076/2025*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DIÁRIO PÚBLICO COLETIVO URBANO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO URBANO E MIDI ÔNIBUS, COM MOTORISTA, TODOS OS VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE, COM AR CONDICIONADO , FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA (SBE), COM BIOMETRIA FACIAL, SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE FROTA (CCO-GPS), SISTEMA DE INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS (SIU), GARAGEM E SEGURO CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS PARA O MUNICÍPIO DE FORMIGA – MG.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Período (Meses)
1	Ônibus para transporte coletivo urbano – serviço completo, incluindo fornecimento de veículos, motoristas qualificados, combustível, manutenção preventiva e corretiva, e demais custos operacionais contidos no Termo de Referência, incluindo seus anexos, necessários para a prestação contínua do serviço público municipal.	UNID.	12	12

## 1.2. ESPECIFICAÇÃO DAS LINHAS

A tabela abaixo apresenta todas as linhas e sublinhas com as respectivas extensões dos itinerários para atender o município da cidade de Formiga – MG, descritos detalhadamente no ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Itinerário das linhas de ônibus					
	Rota	Início	Final	Tempo	Km
				Gasto	percorrido
Linha 001	Maringa - Centro (R)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	60min	16,36
	Maringa - Centro (B)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	65min	17,42
	Maringa - Centro (P.B)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	70min	21,16
	Maringa - Centro (A)	MG 050 - Bianchini	Terminal Rodoviário	60min	17,17
Linha 002	Souza e Silva - Engenho de Serra (R)	Rua João Paulo Faria, n°249	Praça Franc. Balbino de Almeida (CDL)	80min	18,82
	Souza e Silva - Engenho de Serra (A)	Rua João Paulo Faria, n°249	Praça Franc. Balbino de Almeida (CDL)	85min	23,71
Linha 003	Cidade Nova – Unifor	Rua Deolinda Alves, n°30	Rua Dr. Arnaldo Sena (Unifor)	80min	18,18
Linha 004	Rosa Mística - Bom Pastor (Circular)	Rua Geraldo Roberto de Oliveira, n°284	Rua dos Motoristas, n° 168	95min	22,25
Linha 005	Santa Luzia - Planalto (R.C)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	18,97
	Santa Luzia - Planalto (R.C.S)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	19,44
	Santa Luzia - Planalto (R.A)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	22,17
	Santa Luzia - Planalto (R.A.S)	Rua Helena Ribeiro, n°12	Rua A, n°101	100min	22,64
Linha 006	Vila Nova das Formigas – Centro	Rua Seis	Terminal Rodoviário	60min	15,27

Abaixo percurso por linha e dias da semana:

Percurso por Linha									
		Vg DU	Vg sab	Vg dom	PQ DU (km)	PQ sab (km)	PQ dom (km)	PMM (km)	Qtde ônibus
Linha 001	Maringa - Centro (R)	21	7	0	343,56	114,52	0	8016,4	2
	Maringa - Centro (B)	2	0	0	34,84	0	0	766,48	
	Maringa - Centro (P.B)	3	0	0	63,48	0	0	1396,56	
	Maringa - Centro (A)	0	8	14	0	137,36	240,38	1510,96	
Linha 002	Souza e Silva - Engenho de Serra (R)	9	6	0	169,38	112,92	0	4178,04	1

	Souza e Silva - Engenho de Serra (A)	1	0	0	23,71	0	0	521,62	
Linha 003	Cidade Nova - Unifor	22	12	12	399,96	218,16	218,16	10544,4	2
Linha 004	Rosa Mística - Bom Pastor (Circular)	9	5	0	200,25	111,25	0	4850,5	1
Linha 005	Santa Luzia - Planalto (R.C)	1	0	0	18,97	0	0	417,34	2
	Santa Luzia - Planalto (R.C.S)	4	0	0	77,76	0	0	1710,72	
	Santa Luzia - Planalto (R.A)	7	5	0	155,19	110,85	0	3857,58	
	Santa Luzia - Planalto (R.A.S)	3	0	0	67,92	0	0	1494,24	
Linha 006	Vila Nova das Formigas - Centro	30	16	16	458,1	244,32	244,32	12032,76	2
<b>TOTAL de km percorrido pormês</b>								<b>51297,6</b>	<b>10</b>

**Legenda:**

R = Linha Regular;

B = Sublinha comunidade Batatas;

P.B =Sublinha Politruck e comunidade Batatas;

A = Sublinha;

R.C = Linha Regular Centenário;

R.C.S = Linha Regular Centenário Santana;

R.A = Linha Regular Assadef;

R.A.S = Linha Regular Assadef Santana;

Vg Du = Viagem dia útil;

Vg sab = Viagem sábado;

Vg dom = Viagem Domingo

PQ DU = Percurso por quilometro dia útil;

PQ sab = Percurso por quilometro sábado;

PQ dom = Percurso por quilometro domingo;

PMM = Percurso médio mensal.

**1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

a. O Termo de Referência e seus anexos;

b. O Edital da Licitação;

- c. A Proposta do contratado;
- d. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes”.

**2.2.** As prorrogações contratuais deverão ser formalmente justificadas pela Administração, mediante manifestação prévia do setor técnico competente, atestando o interesse público na continuidade do serviço, a vantajosidade da proposta e a manutenção das condições de execução e equilíbrio econômico-financeiro.

**2.3.** A decisão pela prorrogação dependerá de:

- I. Comprovação de que o serviço vem sendo executado de forma satisfatória;
- II. Demonstração de que o preço permanece compatível com o praticado no mercado;
- III. Disponibilidade orçamentária para a nova vigência contratual; e
- IV. Anuência expressa da contratada quanto à continuidade nas mesmas condições pactuadas.

**2.4.** Decorridos 10 (dez) anos de vigência contratual, o contrato deverá ser obrigatoriamente extinto, sendo vedada nova prorrogação, devendo a Administração promover novo procedimento licitatório, salvo se houver legislação superveniente que disponha em sentido diverso.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- Para garantir a eficiência e segurança na prestação do serviço, a empresa contratada deve atender aos seguintes requisitos:

### **3.1. VEÍCULOS:**

- Visando a padronização dos veículos utilizados no transporte diário coletivo urbano, segue especificações e características do tipo de veículo que deverá constituir a frota, sendo que todos os veículos deverão atender as Resoluções, Normas Técnicas e Legislação específica a da indústria de fabricação de chassi e, além das mencionadas a seguir:

**3.1.1.** Disponibilizar uma frota de 12 ônibus, sendo 10 para operação regular e 2 veículos reserva para substituições emergenciais;

**3.1.2.** Os veículos deverão ser no mínimo 06 ônibus midi, com ar-condicionado, não inferior a 15 toneladas com capacidade mínima de 26 passageiros sentados e acessibilidade e 06 ônibus convencional básico urbano, com ar-condicionado, não inferior a 17 toneladas com capacidade mínima de 42 passageiros sentados e acessibilidade, atendendo os requisitos da tabela abaixo;

**3.1.3.** Garantir que a frota destinada à prestação do serviço possua idade máxima de até 10 (dez) anos;

**3.1.4.** Garantir que todos os veículos estejam em boas condições de funcionamento, seguindo às normas de segurança e acessibilidade; realizando manutenções preventivas e corretivas periódicas;

<b>ÔNIBUS CONVENCIONAL BÁSICO URBANO / MIDI</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Especificações</b>

Motor	Posição dianteira turbinado; Potência e torque deverão atender ABNT NBR ISSO 1585
Transmissão	Automática, semi- automática ou mecânica
Controle de Emissões	PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores) equivalente ao motor Euro V, Euro VI e Euro III
Combustível	Diesel, biodiesel, gás, hidrogênio, elétrico ou híbrido. No caso de utilização de diesel, a prestadora de serviço deverá adicionar biodiesel na proporção exigida por lei.
Rodagem	Rodagem simples nas rodas dianteiras e dupla nas traseiras.
Pneus	Radiais sem câmara, com medidas originais conforme especificações do fabricante, tipo 275-80R22,5 e/ou 295-80R22,5.
Suspensão	Para veículos 17 toneladas ou superior: suspensão pneumática a ar, conforme especificações do fabricante, mantendo a mesma altura do solo independente do seu carregamento. Para veículos mídi inferior a 17 toneladas: suspensão a ar, feixe de molas ou mista, conforme as especificações do fabricante, mantendo a mesma altura do solo, independente do seu carregamento
Estrutura	Encarçoada ou monobloco deverá ser respeitado os limites de peso total máximo, indicado por eixo, conforme especificações do fabricante.
Dimensões	No máximo com 11,500 m de comprimento e no máximo 2,60 m de largura, incluindo para-choques, excluindo os espelhos retrovisores.
Capacidade de passageiros	Para ônibus convencional básico urbano: 42 passageiros sentados e 34 em pé. Para ônibus mídi: 26 passageiros sentados
Porta	Possuir no mínimo 02 (duas) com um vão mínimo de 700 mm de largura situadas no lado direito. Deverá possuir sistema de bloqueio que impede a saída de veículo com as portas abertas e também a abertura das portas com o veículo em movimento. Os veículos deverão possuir porta de serviço dianteira urbana, porta de serviço central urbana com dispositivo de acessibilidade tipo plataforma elevatória veicular tipo A.
Corredor	O corredor de circulação deverá ser feito com material durável, resistente, antiderrapante e não propagador de chama com largura mínima de 650 mm, medida a 300 mm acima do assento do banco do passageiro.
Teto	Com altura interna mínima de 1800mm.

Assoalho	Piso em chapa de alumínio lavrado ou compensado naval, revestido com material de tipo passadeira/taralhes.
Degraus	A altura entre o patamar do primeiro degrau da escada e o solo deve ser no máximo de 450 mm. A altura máxima entre os degraus deve ser no máximo de 300 mm.
Catraca	Uma por veículo, situada o mais próximo possível da porta de embarque, com registrador mecânico, de quatro braços e altura da geratriz superior do braço da catraca em relação ao piso do corredor entre 900 mm a 1.050 mm, oferecendo uma abertura para passagem dos passageiros, igual ou maior a 400 mm. A catraca deverá ser compatível com o validador eletrônico a ser instalado.
Layout interno	Será permitida somente bancada dupla, podendo haver banco simples junto às portas para facilidade de embarque e desembarque. Todos os bancos deverão estar posicionados no sentido da marcha do veículo e em sentido transversal.
Bando do motorista	Com amortecedor hidráulico ou pneumático com regulagem horizontal e vertical.
Banco do passageiro	Com assento e encosto acolchoado ou estofado revestido em tecido vinil ou similar, e dimensões de: altura do assento: em relação ao local de acomodação dos pés deve estar compreendida entre 380 mm e 450 mm; largura para bancos duplos deverá ter no mínimo 860 mm. A profundidade do assento deve estar compreendida entre 380 mm e 400 mm e a altura do encosto, referida ao nível do assento, desconsiderando o pega-mão, deve ser de no mínimo 450 mm.
Assentos reservados	Serão reservados no mínimo 4 (quatro) assentos reservados. Os assentos reservados deverão ser de cor diferente dos demais bancos e dispor de adesivos indicativos nos vidros laterais.
Distância entre os bancos	A distância livre entre o assento de um banco e o espaldar do que estiver à sua frente, medida no plano horizontal, deve ser igual ou superior a 300 mm, a mesma distância livre deve ser observada em relação ao anteparo caso venha existir.
Acabamento interno	Com revestimento em dupla ou similar. Os balaústres, montados juntos aos bancos, alternadamente do lado direito e esquerdo do corredor de circulação e distanciados no máximo em 2.000 mm. Os corrimãos superiores, um de cada lado do corredor, deverão estar posicionados entre 1.800 mm e 1.900 mm do piso do corredor. O veículo deverá estar dotado de painéis divisórios à frente do banco que esteja voltado para o poço dos degraus de entrada, saída e atrás do motorista.



Balaústres, Corrimãos e Colunas	Devem ser revestidos com tinta epóxi ou equivalente, ou encapsulados, em cores contrastando com o acabamento interno.
Apoio para embarque e desembarque	A entrada e saída dos veículos deverão ser guarnecidas de alças e balaústres instalados sempre no interior da carroceria. Os corrimãos montados no interior da carroceria para desembarque deverão seguir a inclinação do piso da escada, com altura entre 860mm e 960mm.
Ventilação interna no teto	Sistema de ar-condicionado de teto com no mínimo 140.000btus, com distribuição de ar-condicionado dutado no salão de passageiros,
Sinal de parada	Deverá ser feito através de sinal sonoro acionado por cordão instalado no teto e/ou interruptores (botões). O sinal de parada deverá ter até 03 segundos de duração e soar apenas uma vez. O sinal luminoso depois de acionado deverá permanecer ligado junto ao posto do motorista e em outros pontos, visíveis aos passageiros até a abertura da porta.
Saída de emergência	Possuir no mínimo 05 (cinco) janelas de emergência, não podendo ser contíguas, todas com aviso legível de instruções sobre seu funcionamento.
Painel de Destino / Caixa de Letreiro	Deverá ser do tipo eletrônico monocromático de alto brilho do tipo LIGHTDOT ou LEDS de alta intensidade, com uma ou mais linhas de mensagem, nas dimensões mínimas de 1.500 mm de comprimento e 200 mm de altura, com unidade de controle a bordo.
Cano de descarga	Localizado na traseira do veículo, na posição vertical, pode ser embutida na carroceria, com a boca de saída voltada para trás; se visível, deverá possuir proteção contra toques e acidentes.
Acessibilidade	Elevador para acesso a pessoas cadeirantes na porta central do veículo com no mínimo de 01 dispositivo de PCD e acompanhante.

### **3.2 IMPLEMENTAR SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA INTEGRADO (ITS – *Intelligent Transportation Systems*), conforme o ANEXO II (DO TERMO DE REFERÊNCIA).**

#### **3.3. ITINERÁRIOS**

3.3.1 Cumprir rigorosamente os itinerários e horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, presente no ANEXO I, DO TERMO DE REFERÊNCIA.

3.3.2 Assegurar que os motoristas sejam devidamente habilitados e possuam experiência comprovada no transporte coletivo urbano de no mínimo 6 (seis) meses;

3.3.3 Implementar medidas para minimizar os impactos ambientais, como a redução de emissões de poluentes e poluição sonora dentro dos limites permitidos pela legislação vigente.

3.3.4 Atendimento a critérios de segurança e conforto para os passageiros;

3.3.5 Transparência e fiscalização eficiente da operação.

3.3.6 Fornecer o objeto nas especificações contidas nesta minuta, do Edital e do Termo de Referência;

3.3.7 Pagar todos os tributos que incidam ou venha a incidir, direta ou indiretamente sobre os serviços;

3.3.8 Fornecer o objeto no preço, prazo e formas estipuladas na proposta;

3.3.9 A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente, pelo fornecimento do objeto deste processo licitatório, em conformidade com as disposições desta minuta, do Edital, do Termo de Referência, seus anexos e termos das propostas de preços, nos termos da legislação vigente ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

3.3.10 Cumprir todas as obrigações constantes desta minuta, do Edital, do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas recorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.3.11 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto desta minuta;

3.3.12 Não transferir para contratante a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior quando houver inadimplência da contratada, nem onerar o objeto desta minuta;

3.3.13 Informar para a tesouraria do município os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: [tesourariapmf@gmail.com](mailto:tesourariapmf@gmail.com).

3.3.14 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO DO OBJETO, GESTÃO, PRAZO, LOCAL, CONTATO E FISCALIZAÇÃO**

**4.1.** O início da prestação dos serviços deve ocorrer tão logo seja enviada a ordem de serviço após a formalização do contrato, garantindo a continuidade do transporte coletivo sem impactos negativos para os usuários.

**4.2.** Para esclarecimentos, contatar Secretaria Municipal de Obras e Trânsito: Daniel Gonçalves Ebias, contato: (37) 3329-1846, e-mail: [mobilidadeformiga@gmail.com](mailto:mobilidadeformiga@gmail.com).

**4.3.** Atendendo às exigências contidas no art.117 da Lei 14.133, de 2021 e ao Decreto Municipal 9.841 de 2023, foi designado pela autoridade competente, o agente: **MATEUS PINHO DE ÁVILA** para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, como representante da Administração, conforme **PORTARIA Nº 6.250, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025**.

**4.4.** A gestão do objeto será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, cabendo a este o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

**4.5.** Competirá ao gestor exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, atestar documentos fiscais, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc;

**4.6.** Competirá ao Fiscal do contrato exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor, exercer o relacionamento necessário com a licitante vencedora, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, etc.

**4.7.** O Fiscal do contrato avaliará a qualidade do serviço segundo o ANEXO III apontando á autoridade competente para providências cabíveis.

**4.8.** A fiscalização e gestão contratual, pelo MUNICÍPIO, não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

**4.9.** As decisões e providências que ultrapassem a competência dos servidores designadas deverão ser

solicitadas a **AUTORIDADE COMPETENTE**, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;  
**4.10.** A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pela Administração da Prefeitura Municipal de Formiga, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

**4.11.** A existência da fiscalização não eximirá a Licitante Vencedora de nenhuma responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratado.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1.** O valor da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1.** A prestação do serviço de transporte diário público coletivo urbano, com disponibilização de ônibus convencional básico urbano e midi ônibus, com motorista, todos os veículos com acessibilidade, com ar condicionado, fornecimento de combustível, Sistema de bilhetagem eletrônica (SBE), com biometria facial, Sistema de acompanhamento de frota (CCO-GPS), Sistema de informações aos usuários (SIU), garagem e seguro conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesta minuta, no Termo de Referência e seus anexos para o Município de Formiga - MG em atendimento à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, executando os itinerários das linhas de ônibus do transporte público coletivo de passageiros, em conformidade com as Ordens de Serviço emitidas pela Prefeitura do Município, será remunerada pelo valor da licitação proposta pela licitante na sua Proposta Comercial.

**6.2.** O preço de referência do contrato, é o valor máximo em que o Município se limita a pagar.

**6.3.** Define-se Receita Operacional, os valores obtidos pelo pagamento da Tarifa Pública pelos usuários, ou seja, os passageiros pagantes (tarifa pública integral ou parcial).

**6.4.** A apuração dos valores será dada, mês a mês, observando-se a Receita auferida (que é função da quantidade de usuários pagantes/equivalentes);

**6.5.** A prestação de contas será calculada mensalmente verificando a existência de déficit ou superávit.

**6.6.** O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento - SF e Nota Fiscal/Fatura corretamente emitida.

**6.7.** Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva execução do objeto nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

**6.8.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

**6.9.** As notas fiscais deverão ser emitidas observando as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9961 de 05 de maio de 2023.

**6.10.** O Gestor/Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

**6.11.** O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária

a ser informada pela CONTRATADA ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

**6.12.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

**6.13.** Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

**6.14.** A Prefeitura de Formiga poderá a qualquer tempo, realizar auditorias no Sistema de Bilhetagem Eletrônica e nos processos de trabalho realizados pela Contratada quanto à comercialização de passagens e controle de acesso nos ônibus.

**6.15.** Do valor do Pagamento, a Prefeitura de Formiga descontará a parcela referente ao Imposto sobre Serviços (ISS) devido ao Município e incidente sobre a ARRECADAÇÃO, bem como o valor de multas impostas pela Gestora, transitadas em julgado.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas com recursos próprios do Município.

**7.2.** Desta forma, as despesas desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 05.002.26.453.0130.2528.3.3.90.39 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO E COLETIVO - Ficha 1603, tendo este saldo suficiente para cumprir o valor de **R\$ 8.164.306,68**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**7.3.** Não haverá recurso da União.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Atestar a entrega/serviço do objeto contratado no documento fiscal correspondente;

**8.2.** Enviar a Nota de Empenho à CONTRATADA do item solicitado conforme as especificações contidas nesta minuta.

**8.3.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas. A Administração pagará o preço homologado conforme contrato firmado, fiscalizará e gerenciará a execução do objeto e valores contratados conforme exigência do Decreto Municipal 9.841 de 2023 e Leis aplicáveis.

**8.4.** Fiscalizar a execução do objeto, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.

**8.5.** Rejeitar todo e qualquer material/serviço de má qualidade e em desconformidade com as especificações desta minuta.

**8.6.** Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na aquisição/serviço do objeto, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

**8.7.** Fiscalização a execução do objeto contrato segundo **ANEXO III (DO TERMO DE REFERÊNCIA)**.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** Garantir a prestação dos serviços de transporte coletivo urbano dentro das condições estabelecidas nesta minuta, no termo de referência e respeitando os prazos fixados no contrato.

**9.2.** Assegurar que a frota contratada, composta por no mínimo 12 ônibus, sendo 10 em operação e 2 reservas técnica, estejam em perfeito estado de funcionamento, atendendo às normas de segurança, acessibilidade e demais exigências contratuais.

**9.3.** Cumprir todas as obrigações constantes no contrato e seus anexos, assumindo os riscos e despesas

inerentes à execução do objeto contratado, incluindo custos de manutenção, operação e adequação dos veículos às exigências municipais.

**9.4.** Responsabilizar-se integralmente pela qualidade da prestação do serviço, garantindo a substituição imediata de veículos que apresentem defeitos mecânicos recorrentes e falhas de segurança.

**9.5.** Disponibilizar motoristas qualificados, devidamente habilitados, com curso específico para transporte coletivo de passageiros e experiência mínima de 6 (seis) meses comprovada na área.

**9.6.** Prestar esclarecimentos sempre que solicitado pelo município, bem como facilitar e garantir o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços por parte da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

**9.7.** Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir toda a legislação vigente aplicável ao contrato, preservando o município de quaisquer demandas jurídicas ou reivindicações oriundas da execução do serviço.

**9.8.** Assumir integral responsabilidade civil, penal, previdenciária e fiscal sobre os empregados designados para a execução do contrato, garantindo o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

**9.9.** Custear todas as despesas relacionadas aos empregados, incluindo salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação, fornecimento de EPI's e demais custos que venham a incidir sobre a execução do contrato.

**9.10.** Informar os dados bancários à Tesouraria Municipal para fins de pagamento, enviando as informações para o endereço eletrônico: [tesourariapmf@gmail.com](mailto:tesourariapmf@gmail.com).

**9.11.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, conforme artigo 92, inciso XVI, da Lei 14.133/2021.

**9.12.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme previsto no artigo 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA–INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

**10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**10.2.1.** advertência;

**10.2.2.** multa;

**10.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto

**10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida



no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

**10.5.** Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial da ata/contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**10.6.** Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

**10.6.1.** dar causa à inexecução parcial da ata/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.6.2.** dar causa à inexecução total da ata/contrato;

**10.6.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.6.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.6.5.** não celebrar a ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.6.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.7.** Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 10.6.1 a 10.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

**10.8.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata/contrato;

**10.8.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata/contrato;

**10.8.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.8.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**10.8.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata/contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**10.10.** A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** A inexecução do Contrato, total ou parcial, ensejará a sua rescisão e demais as consequências previstas na Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021.

**11.2.** A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, conforme Inciso I do Art. 138 da Lei 14.133/2021.

**11.3.** A rescisão poderá, ainda, ser “consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração”; ou “determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial”, conforme Incisos II e III do Art. 138 da Lei 14.133/2021.



**11.4.** Constituirão, também, motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os casos listados no Art. 137 da Lei 14.133/2021, com especial atenção ao Inciso V: “caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato”.

**11.5.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**11.6.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**11.7.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.8.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.9.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.10.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.11.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.12.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.13.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.14.** Indenizações e multas.

**11.15.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS OMISSOS**

**Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –DO REAJUSTE**

**14.1.** O preço do contrato será reajustado a cada 12 meses, desde a data prevista para a apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, na forma prevista neste Edital e no Contrato, conforme art. 25, §7º da Lei Federal nº. 14.133/21.

**14.2.** A apuração dos valores será dada mediante a atualização da Planilha de Custos Operacionais apresentada pela Licitante vencedora, observando-se a quilometragem programada, a frota alocada conforme ordens de serviço e os preços dos insumos.

**14.2.1.** Os preços dos insumos no processo de reajuste do valor do contrato serão coletados conforme estabelecido abaixo:

- a) Preço do óleo diesel, conforme Notas Fiscais de aquisição da Contratada.
- b) Preço de pneus e recapagens, de acordo com as Notas Fiscais de aquisição e de serviços, ou a utilização de orçamentos;
- c) Preço de veículos, de acordo com as Notas Fiscais de aquisição ou, na sua falta, a utilização de orçamentos;
- d) Valores de salários, conforme acordo sindical da categoria;
- e) Valores de benefícios, conforme despesas apresentadas pela Contratada.
- f) Preços de seguros (Obrigatório e de Responsabilidade Civil) conforme despesas apresentadas pela Contratada.
- g) Preços referentes aos sistemas ITS-Inteligentes de Transportes, conforme despesas apresentadas pela Contratada.

**14.3.** É assegurada a revisão extraordinária do valor do contrato diante de fatos imprevisíveis, áreas econômicas extraordinárias ou ocorrência de modificações nas características operacionais do Serviço de Transporte Público Coletivo do Município de Formiga.

**14.3.1.** Poderá a Contratada requerer à Prefeitura de Formiga, por meio de pedido devidamente justificado, revisão extraordinária do valor do contrato, respeitando-se o procedimento e os prazos fixados no Contrato, por decorrência de uma ou mais situações a seguir exemplificadas:

- a) Ocorrências de eventos excepcionais que promovam modificações imprevistas ou imprevisíveis nos encargos da Contratada tendo como referência a situação originalmente existente quando da publicação do Edital;
- b) Criação, extinção ou alteração de tributos e encargos legais, que tenham repercussão direta nas despesas da Contratada relacionada especificamente com a prestação dos serviços de locação;
- c) Sempre que houver alteração unilateral do Contrato, que comprovadamente altere os encargos da Contratada, para mais ou para menos, conforme o caso, consoante Art. 9º, § 4º. Da Lei nº 8.987/95.

**14.4.** São riscos assumidos pela Contratada, que não ensejam a revisão do contrato:

- a) Constatação superveniente de erros ou omissões na Proposta Comercial da Contratada;
- b) Destruição, roubo, furto ou perda de bens vinculados à contratação e de suas receitas;
- c) Ocorrência de greves de empregados da Contratada ou a interrupção ou falha do fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;

- d) Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a prestação dos serviços;
- e) Custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais movidas por ou contra terceiros;
- f) Riscos decorrentes da contratação de financiamentos;
- g) Valorização ou depreciação dos bens vinculados à contratação;

**14.5.** As novas linhas e serviços que forem criados pela Prefeitura de Formiga em seu Município, durante a vigência do presente contrato, em função do crescimento natural da população ou da dinâmica do uso e ocupação do solo, bem como da divisão, prolongamento ou fusão de linhas, fazem parte do objeto deste contrato, de modo que tais serviços, quando criados, serão de responsabilidade da contratada, resguardando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**15.1.** A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelos fornecedores, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução do contrato tal como pactuado, na forma do art.124, II, “d” da Lei 14.133/21.

**15.2.** Para que se delibere quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá encaminhar à Diretoria de Compras Públicas, pedido solicitando alteração de preços juntamente com a documentação comprobatória e hábil, dimensionando e estimando, de forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da variação de preços alegados pela contratada.

**15.3.** Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor, por meio de sua equipe técnica, verificar e atestar se o percentual de equilíbrio solicitado está em conformidade com os padrões de mercado, o que se efetivará através de pesquisa de preço ou outro meio compatível.

**15.4.** A contratada deverá protocolar formalmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, contendo:

- a) Justificativa detalhada e fundamentada, com a descrição dos fatos geradores do pedido;
- b) Documentação comprobatória, como notas fiscais, contratos com fornecedores, e demais comprovantes de elevação dos custos (reportagens, notícias que indiquem a variação de preço no mercado);
- c) Proposta de readequação dos valores contratuais, com o respectivo impacto financeiro demonstrado através de planilha de custo, se for o caso;
- d) Notas fiscais emitidas na época de abertura da sessão ou do último reequilíbrio concedido.

**15.5.** Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro nas seguintes condições:

- a) Fatos que já eram de conhecimento da contratada na data da apresentação da proposta;
- b) Riscos ordinários e previsíveis da atividade econômica;
- c) Outros fatores que a Administração julgar não impactarem substancialmente o equilíbrio econômico-financeiro contratual.

**15.6.** O início da vigência do novo valor será da data da publicação do Termo Aditivo na imprensa oficial.

**15.7.** A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de sua revisão sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato.

**15.8.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 60 (sessenta) dias.

**15.9.** Endereço da Diretoria de Compras Públicas: Rua Barão de Piumhi, nº 92 A - 2º Andar, Centro, CEP:35.570-128. Email: [reequilibrioformiga@gmail.com](mailto:reequilibrioformiga@gmail.com) OU [juridicoelicitacao@gmail.com](mailto:juridicoelicitacao@gmail.com).

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – MEDIDAS PARA TRANSIÇÃO**

**16.1.** Para garantir uma transição eficiente e evitar a interrupção do transporte diário público coletivo urbano, a empresa vencedora irá assumir os cartões de embarque já existentes para os usuários.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NOS VEÍCULOS (BUSDOOR)**

**17.1.** A exploração de espaços publicitários nos veículos utilizados na operação do transporte coletivo urbano, inclusive os painéis do tipo busdoor instalados na parte traseira dos ônibus, será de titularidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Formiga/MG, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

**17.2.** A Contratada deverá permitir e viabilizar a instalação, substituição e manutenção das peças publicitárias, quando solicitada pela Administração, garantindo a preservação da integridade dos veículos, a não obstrução de dispositivos de segurança, iluminação, ventilação ou sinalização, e o pleno cumprimento das normas de trânsito.

**17.3.** É vedado à contratada explorar, ceder, comercializar ou autorizar direta ou indiretamente qualquer forma de publicidade nos veículos, salvo autorização expressa da Prefeitura Municipal de Formiga/MG.

**17.4.** Toda a receita proveniente da comercialização dos espaços publicitários nos ônibus pertencerá integralmente ao Município, devendo ser contabilizada e administrada conforme as normas de direito financeiro e de publicidade pública aplicáveis.

**17.5.** A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a remoção de campanhas publicitárias que contenham conteúdo inadequado, ilícito, político-partidário, ofensivo, discriminatório ou que comprometa a imagem institucional do Município de Formiga/MG.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA**

**18.1.** A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, para o (a) fiscal do contrato, no valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor do contrato para a execução dos serviços, conforme prevê os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devendo o (a) fiscal do contrato juntar aos autos do processo licitatório comprovante de prestação da garantia.

**18.2.** Caberá à CONTRATADA escolher uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º da lei nº 14.133/2021, dentre as opções abaixo:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**18.3.** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, em até 31 dias corridos, contados a partir da data da homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato.

**18.4.** Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

**18.5.** Sem prejuízo das sanções previstas na lei e no futuro contrato, a não prestação da garantia exigida

implicará sua imediata rescisão se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a CONTRATADA deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

**18.6.** Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da CONTRATANTE.

**18.7.** A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu fiscal, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

**18.8.** A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 18.2.

**18.9.** Aceita pela CONTRATANTE, a substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

**18.10.** Aplica-se ao presente contrato a garantia legal, prevista no art. 618 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil, em relação as obras executadas, nos termos do objeto contratado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

**19.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

**20.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Formiga - MG, para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato. conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

Obs: Com a adoção das assinaturas eletrônicas, é possível dispensar as testemunhas, conforme previsto no art. 784 § 4 do CPC.

**TESTEMUNHAS:**

**1-**

**2-**